

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**MARÇO.2014**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FDS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63.2010, Instrução Normativa TCU nº 72.2013, Decisão Normativa TCU 127.2013, Decisão Normativa TCU 132.2013, Portaria TCU 175.2013 e Portaria CGU 133.2013.

Brasília, março de 2014

**SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO I - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO FDS.....</b>	<b>7</b>
1.1 Identificação do FDS .....	7
1.2 Finalidade e competências institucionais.....	9
1.3 Apresentação do organograma funcional .....	11
<b>CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>15</b>
3.1 Planejamento do FDS.....	15
3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	20
<b>CAPÍTULO IV - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....</b>	<b>31</b>
4.1 Controles internos administrativos do FDS.....	31
<b>CAPÍTULO V- TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>36</b>
5.1 Execução das despesas .....	36
5.2 Patrimônio financeiro do FDS.....	37
5.4 Receita financeira .....	38
5.5 Remuneração do agente operador – valor e fundamento legal.....	38
<b>CAPÍTULO VI - CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>40</b>
6.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU .....	40
6.2 Tratamento de recomendações da CGU.....	40
<b>CAPÍTULO VII - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>41</b>
7.1 Demonstrações contábeis .....	41
7.2 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis .....	41
8.1 Informações relevantes no desempenho da gestão no exercício.....	42
8.2 Atuação da CAIXA nas ações judiciais .....	44
<b>CAPÍTULO IX - RESULTADOS.....</b>	<b>45</b>
9.1 Resultados e conclusões.....	45

<b>CAPÍTULO X - ANEXOS.....</b>	<b>46</b>
<b>10.1 Anexo I - Avaliação do sistema de controles internos do FDS .....</b>	<b>46</b>
<b>10.2 Anexo II - Distribuição de Cotas por Instituição.....</b>	<b>48</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

<b>AF</b>	Agente Financeiro
<b>AUDAE</b>	Auditória Nacional Atividades Especializadas
<b>AUDAT</b>	Auditória Nacional de Produtos do Governo e Atividades Delegadas
<b>AUDES</b>	Auditória Nacional Negócios, Logística e Unidades
<b>AUDIT</b>	Auditória Nacional Processos e Tecnologia da Informação
<b>AUDIR</b>	Auditória Regional
<b>AUDRE</b>	Auditória Nacional Integração e Responsabilidade
<b>CAIXA</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CCFDS</b>	Conselho Curador do FDS
<b>CEFUS</b>	Centralizadora Nacional de Fundos Sociais
<b>CETIP</b>	Mercados Organizados (companhia de capital aberto que oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos)
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União
<b>CIWEB</b>	Crédito Imobiliário Web
<b>DEFUS</b>	Diretoria de Fundos de Governo
<b>DFI</b>	Danos Físicos no Imóvel
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>EO</b>	Entidade Organizadora
<b>FDS</b>	Fundo de Desenvolvimento Social
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>GECOC</b>	Gerencia Nacional de Controladoria de Ativos Passivos e Custódia
<b>GECTC</b>	Gerencia Nacional de Contabilidade de Terceiros
<b>GENEF</b>	Gerencia Nacional de Execução Financeira de Programas
<b>GEORC</b>	Gerencia Nacional de Orçamento
<b>GEFUS</b>	Gerencia Nacional de Administração de Fundos Garantidores e Sociais
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>IIA</b>	The Institute of Internal Auditors
<b>IIA BRASIL</b>	Auditores Internos do Brasil
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INAD</b>	Indicador de inadimplência
<b>IOCO</b>	Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento
<b>IRCF</b>	Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo - FDS
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MCidades</b>	Ministério das Cidades
<b>MIP</b>	Morte e Invalidez Permanente
<b>OCC</b>	Valor das Operações de Crédito Contratadas no Programa no Exercício
<b>OGU</b>	Orçamento Geral da União
<b>PCS</b>	Programa Crédito Solidário
<b>PMCMV-E</b>	Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios
<b>RCCFDS</b>	Resolução do Conselho Curador do FDS
<b>RM</b>	Região Metropolitana
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
<b>SIACI</b>	Sistema Integrado de Administração de Créditos
<b>SIAPF</b>	Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento

<b>SIFOB</b>	Sistema Formatador de Base
<b>SIFDS</b>	Sistema do FDS
<b>SISFIN</b>	Sistema de Administração Financeira
<b>SM</b>	Salário Mínimo
<b>SNH</b>	Secretaria Nacional de Habitação
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>SUFUS</b>	Superintendência Nacional de Fundos de Governo
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UH</b>	Unidade habitacional
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>VOA</b>	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa
<b>VIFUG</b>	Vice Presidência de Fundos de Governo e Loterias

## **LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS, QUADROS, ETC.**

### **Tabelas**

Tabela 1 - Destinação dos Recursos Alocados ao FDS em 2013 .....	20
Tabela 2 - Distribuição Recursos FDS.PMCMV-E por Região Geográfica .....	21
Tabela 3 - Novo Orçamento após o Remanejamento - PMCMV-E .....	21
Tabela 4 - Despesas PCS .....	21
Tabela 5 - Execução do Orçamento - PMCMV-E .....	22
Tabela 6 - Propostas Selecionadas na Modalidade Contratação com Beneficiário – PF.....	23
Tabela 7 - Propostas Selecionadas na Modalidade Contratação Direta com a EO – PJ .....	24
Tabela 8 - Resultado das Aplicações do FDS - PCS .....	24
Tabela 9 - Recursos Financiados e Desembolsados – PCS .....	25
Tabela 10 - Propostas PMCMV-E Contratadas em 2013 .....	25
Tabela 11 - Propostas contratadas PMCMV-E em 2013 por região geográfica.....	26
Tabela 12 - Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E.....	26
Tabela 13 - Desembolso por Ano de Contratação - PMCMV-E .....	27
Tabela 14 - Unidades Habitacionais por UF – PCS.....	27
Tabela 15 - Situação de Obras – PCS .....	28
Tabela 16 - Unidades Habitacionais por UF – PMCMV-E .....	28
Tabela 17 - Situação das obras - PMCMV-E.....	29
Tabela 18 - Inadimplência PCS .....	29
Tabela 19 - Inadimplência PMCMV-E.....	29
Tabela 20 - Despesas do PCS .....	36
Tabela 21 - Despesas do PMCMV-E.....	37
Tabela 22 - Patrimônio FDS .....	37
Tabela 23 - Disponibilidade FDS Outros Recursos.....	38
Tabela 24 - Taxa de Administração do AO .....	39

### **Ilustrações**

Ilustração 1 - Mapa Geográfico da Aplicação do Orçamento PMCMV E .....	23
--	----

### **Gráficos**

Gráfico 1 - Empreendimentos Contratados no PCS por Região.....	24
--	----

## CAPÍTULO I

### IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO FDS

#### 1.1 Identificação do FDS

<b>Poder</b>	Executivo. Ministério das Cidades		
<b>Órgão de vinculação.supervisão</b>	Ministério das Cidades		
<b>Denominação completa</b>	Fundo de Desenvolvimento Social		
<b>Denominação abreviada</b>	FDS		
<b>Código SIORG</b>	Não se aplica.		
<b>Código LOA</b>	Não se aplica.		Código SIAFI: Não se aplica.
<b>Situação operacional</b>	Ativa		
<b>Natureza jurídica</b>	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos.		
<b>Principal atividade econômica</b>	Habitação de Interesse Social		
<b>Telefones.Fax de contato</b>	(061) 3206-8960	(061) 3206-8121	(061) 3206-8662
<b>Endereço Eletrônico</b>	<a href="mailto:gefus@caixa.gov.br">gefus@caixa.gov.br</a> , <a href="mailto:sufus@caixa.gov.br">sufus@caixa.gov.br</a> ,		
<b>Página na internet</b>	<a href="http://www.cidados.gov.br">www.cidados.gov.br</a> , <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		
<b>Endereço postal</b>	<p><b>Caixa Econômica Federal</b>            Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG)            Diretoria Executiva de Fundos de Governo (DEFUS)            Superintendência Nacional de Fundos de Governo (SUFUS)            Gerência Nacional de Administração de Fundos Garantidores e Sociais (GEFUS)            SBS Quadra 04 – Lotes 3 e 4 - 13º andar – Edifício Matriz I            70.092-900 - Brasília – DF</p> <p><b>Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação - SAUS,</b>            Quadra 01, lote 1.6 - Bloco H, 11º Andar – Sala 1.101 Edifício Telemundi II - 70070-010 - Brasília - DF</p>		
<b>Normas de criação e normas relacionadas à gestão e estrutura da UJ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº 8.677, de 13.6.1993 – Ratifica o Decreto nº 103, de 1991;</li> <li>Decreto nº 103, de 22.4.1991 – Autoriza a Caixa Econômica Federal a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS;</li> <li>Decreto nº 1.081, de 08.3.1994 - Regulamenta o FDS;</li> <li>Decreto nº 3.907, de 04.9.2001 – Altera o Decreto nº 1.08, de 1994;</li> <li>Resolução CCFDS nº 191, de 29.10.2012 – Altera a forma de cálculo da remuneração do Agente Operador pela prestação dos serviços de gestão do FDS.</li> <li>Resolução CCFDS nº 165, de 13.6.2013 – Aprova a Prestação de Contas do FDS relativa ao exercício findo em 31.12.2012.</li> </ul>		
<b>Programa Crédito Solidário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CCFDS nº 121, de 09.1.2008 - Confere nova disciplina ao PCS criado pela Resolução CCFDS nº 93, de 28.04.2004;</li> <li>Resolução CCFDS nº 137, de 09.4.2009 - Estabelece os critérios para a renegociação do saldo devedor;</li> <li>Resolução CCFDS nº 156, de 08.4.2010 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 para efeitos da transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS à conta específica do FDS;</li> <li>Resolução CCFDS nº 158, de 08.4.2010 - Inclui a alínea “o.1” no item 11 da Resolução CCFDS nº 121 e altera o Art. 18 da Resolução CCFDS nº 137;</li> <li>Resolução CCFDS nº 163, de 14.7.2010 - Altera alínea “b” do subitem 9.2 da Resolução CCFDS nº 121;</li> <li>Resolução CCFDS nº 164, de 14.7.2010 - Altera o Art. 14 da Resolução CCFDS nº 137;</li> <li>Resolução CCFDS nº 175, de 05.5.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 137e inclui prerrogativa de prorrogação automática do prazo de carência;</li> <li>Resolução CCFDS nº 179, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 no que se refere à autorização</li> </ul>		

- para prorrogar ou conceder novo prazo de carência;
- Resolução CCFDS nº 180, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto à manutenção do registro das operações no CADMUT e CADÚNICO; e as de nº 137.2009 e 175.2011, quanto à renegociação das dívidas;
  - Resolução CCFDS nº 181, de 15.6.2011 - Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto ao fluxo de liberação de parcelas;
  - Resolução CCFDS nº 186, de 29.5.2012 – Altera a taxa de administração paga ao Agente Financeiro no PCS para R\$ 22,06;
  - Resolução CCFDS nº 187, de 29.5.2012 – Altera a Resolução CCFDS nº 121 quanto aos limites do valor do financiamento unitário;
  - Resolução CCFDS nº 189, de 24.7.2012 – Autoriza o recebimento, pelo FDS, da cessão de créditos oriundos dos contratos de financiamento aos beneficiários finais firmados nas condições previstas na Resolução CCFDS nº 093;
  - Instrução Normativa Ministério das Cidades nº 14, de 25.3.2008 – Regulamenta a Resolução CCFDS nº 121 e confere novas regras ao processo de seleção e contratação de projetos;
  - Instrução Normativa Ministério das Cidades nº 15, de 03.4.2008 - Altera o item 2, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 14;
  - Instrução Normativa Ministério das Cidades nº 38, de 06.8.2008 – Altera a alínea "b" do subitem 6.4, o subitem 7.1, subitem 7.2 e subitem 10.1 do Anexo I; inclui os subitens 10.7, 10.8 e 10.9, no Anexo I da Instrução Normativa nº 14;
  - Instrução Ministério das Cidades nº 6, de 10.2.2009 - Altera o subitem 10.1, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 14;

**Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**

- Lei nº 12.424, de 16.06.2011 - Altera a Lei nº 11.977, de 07.07.2009;
- Decreto nº 6.962, de 17.09.2009 - Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977 e dá outras providências;
- Decreto nº 7.499, de 16.06.2011 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências;
- Resolução CCFDS nº 186, de 29.05.2012 – O FDS passa a garantir o pagamento das despesas de custas e emolumentos dos financiamentos;
- Resolução CCFDS nº 191, de 29.10.2012 – Estabelece a remuneração do Agente Operador do FDS para gestão do fundo e operacionalização do programa;
- Resolução CCFDS nº 194, de 12.12.2012 – Altera as condições do PMCMV-E e revoga a Resolução CCFDS nº 183;
- Resolução CCFDS nº 196, de 13.06.2013 – Estabelece Plano de Metas e Diretrizes Gerais para aplicação dos recursos alocados ao FDS no PMCMV-E para o exercício de 2013;
- Resolução CCFDS nº 198, de 13.08.2013 – Altera a Resolução CCFDS nº 194, assumindo casos excepcionais de depredação em empreendimentos do PMCMV-E;
- Resolução CCFDS nº 199, de 31.12.2013 – Estabelece Plano de Metas e Diretrizes Gerais para aplicação dos recursos alocados ao FDS no PMCMV-E para o exercício de 2014;
- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº 014, de 10.07.2013 - Regulamenta o PMCMV-E;
- Instrução Normativa Ministério das Cidades nº 043, de 18.12.2013 – Dispõe sobre o orçamento referente ao exercício de 2013;
- Portaria Ministério das Cidades nº 107, de 26.02.2013 – Estabelece diretrizes gerais e o cronograma para habilitação de Entidades Organizadoras para o FDS;
- Portaria Ministério das Cidades nº 169, de 15.04.2013 – Dá nova redação a Portaria Ministério das Cidades nº 107;
- Portaria Ministério das Cidades nº 595, de 18.12.2013 – Dispõe sobre os critérios de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do programa;
- Portaria Interministerial nº 464, de 30.09.2011 – Dispõe sobre as operações com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ</b>	Manual Normativo de Fundos e Programas 134, 188 e 273.	
<b>Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Não se aplica	Não se aplica

## 1.2 Finalidade e competências institucionais

O FDS teve a sua instituição autorizada pelo decreto nº 103, de 1991, estando sob a regência da lei nº 8.677, de 1993.

Os recursos do FDS são provenientes da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da regulamentação expedida pelo BACEN, da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e pessoas jurídicas e do resultado de suas aplicações financeiras e fundamentalmente pelo aporte de recursos pela União, para viabilizar as operações habitacionais no âmbito do PMCMV-E.

A missão institucional do FDS é contribuir para melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de investimento de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários.

### 1.2.1 Competência Institucional

Um Conselho Curador exerce gestão sobre o FDS, órgão colegiado, instituído pelo decreto nº 103, de 1991, com nova redação dada pela lei nº 8.677, de 1993, regulamentado pelo decreto nº 1.081, de 1994 e alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001. O Conselho tem como atribuição principal definir as diretrizes a serem observadas na concessão de empréstimos e financiamentos com recursos do FDS e seus respectivos retornos.

O Conselho Curador do FDS, presidido pelo Ministério das Cidades, é composto por representantes das seguintes entidades:

- Ministério das Cidades;
- Secretaria-Executiva do CCFDS;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco Central do Brasil;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
- Confederação Nacional do Comércio;
- Confederação Nacional da Indústria;
- Confederação Geral dos Trabalhadores;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Força Sindical; e
- Social-Democracia Sindical.

O Regimento Interno do CCFDS, aprovado pelo decreto nº 1.081, de 1994, alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001, e Resolução CCFDS nº 86, de 2002, estabelece a sua composição e suas atribuições.

As matérias submetidas à deliberação do CCFDS são anteriormente discutidas no Grupo Técnico de Apoio Permanente ao Conselho Curador, constituído por representantes de todas as entidades que integram aquele Colegiado.

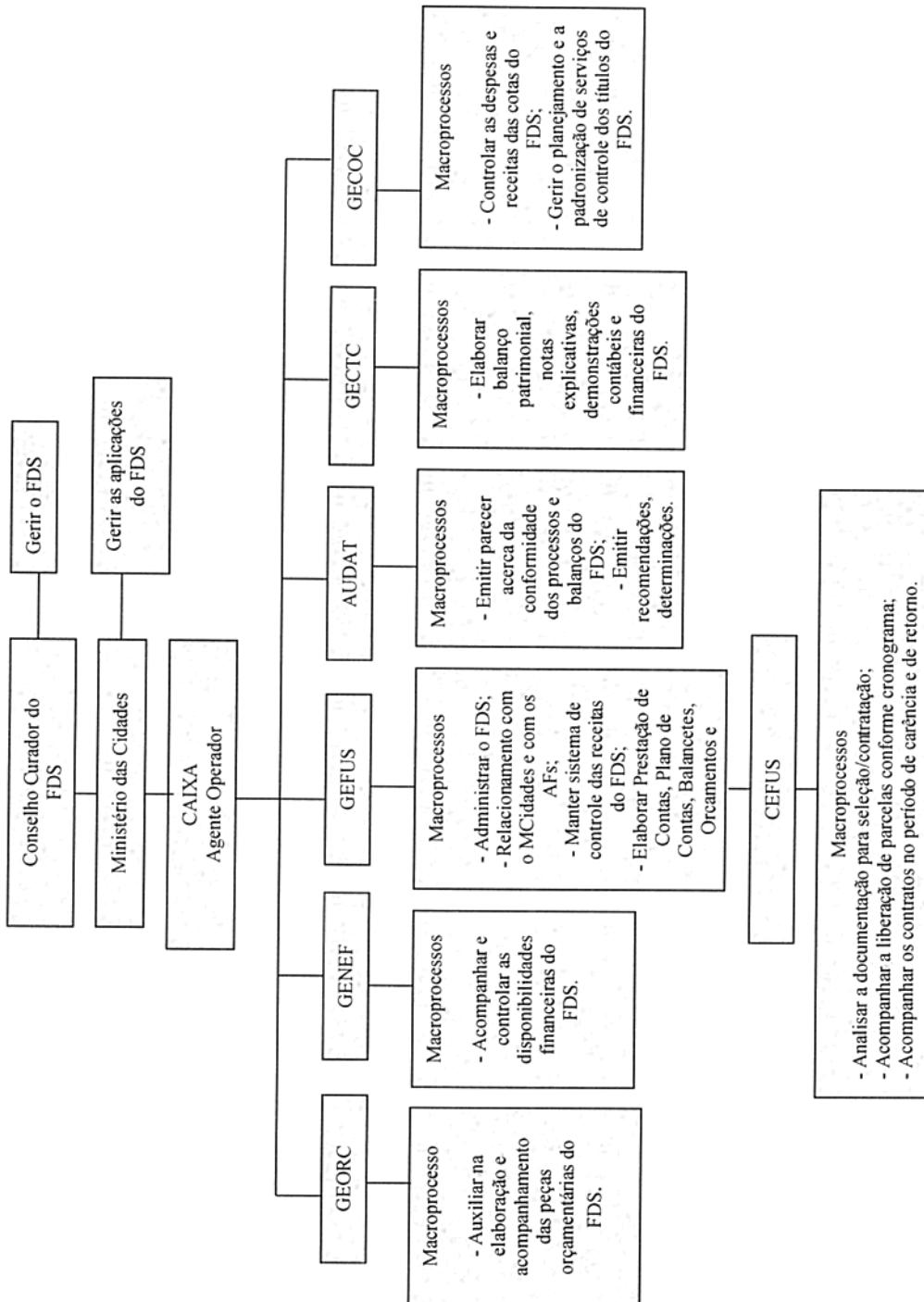
O MCidades é o Gestor das aplicações dos recursos do FDS, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003, e tem como competências:

- estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção e contratação com recursos do FDS;
- acompanhar e avaliar os projetos a serem financiados;
- acompanhar e avaliar permanentemente as ações desenvolvidas para a implementação dos Programas e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;
- classificar e selecionar as propostas de financiamento;
- gerir a aplicação dos recursos do FDS.

A CAIXA, de acordo com o decreto nº 1.081, de 1994, alterado pelo decreto nº 3.907, de 2001, atua como agente operador dos recursos do FDS e tem como competências:

- definir e divulgar os procedimentos operacionais necessários à execução dos Programas;
- controlar e acompanhar a execução orçamentária;
- cadastrar e habilitar os AF;
- analisar as propostas de operações de crédito;
- contratar operações de crédito, responsabilizando-se pelo acompanhamento de sua execução, zelando pela correta aplicação dos recursos;
- orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos AF e das EO;
- acompanhar e avaliar a execução dos empreendimentos;
- avaliar e aperfeiçoar, sistematicamente, os parâmetros operacionais;
- apresentar relatórios mensais de acompanhamento do Programa e dos Projetos, conforme modelo definido pela SNH.MCidades.

## Apresentação do organograma funcional



Para desenvolver suas atividades, o FDS conta com a seguinte estrutura de responsabilidade institucional:

- CCFDS - É responsável pela gestão do Fundo;
- MCidades - É o Gestor das aplicações dos recursos do FDS;
- CAIXA - Agente Operador – A GEFUS, pertencente à estrutura da SUFUS, vinculada à DEFUS e VIFUG, atua como Agente Operador e tem como competências, dentre outras, a de praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo CCFDS e pelo Órgão Gestor.

Subordinada à GEFUS está a CEFUS, incumbida das atividades operacionais relativas à análise da documentação para contratação, acompanhamento da liberação de parcelas conforme cronograma e acompanhamento dos contratos no período de carência e de retorno.

A GEFUS conta ainda com a assessoria de 5 Gerências Nacionais que atuam em campos específicos, tais como auditoria, contabilidade, finanças, orçamento, gestão de ativos de terceiros, para auxiliar no processo de operacionalização do Fundo.

O organograma apresentado anteriormente descreve sucintamente, também, os macroprocessos de cada unidade envolvida, diretamente ou na forma de suporte ao gestor.

**CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO****INTRODUÇÃO**

O Relatório de Gestão do FDS foi elaborado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63.2010, Instrução Normativa TCU nº 72.2013, Decisão Normativa TCU 127.2013, Decisão Normativa TCU 132.2013, Portaria TCU 175.2013 e as orientações constantes na Portaria CGU nº 133.2013.

Em observância ao que preconizam as mencionadas normas, este Relatório estrutura-se em dez capítulos, cujo encadeamento apresenta o desempenho do FDS no exercício de 2013 frente às responsabilidades institucionais.

- Capítulo I - Identificação e atributos do FDS
  - Seção I - Identificação do FDS
  - Seção II - Finalidade e competências institucionais
  - Seção III - Apresentação do organograma funcional
- Capítulo II – Introdução
- Capítulo III – Planejamento e resultados alcançados
  - Seção I - Planejamento do FDS
  - Seção II - Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
  - Seção III - Informações sobre outros resultados gerados pela gestão
- Capítulo IV – Estruturas de governança e de autocontrole da gestão
  - Seção I - Controles internos administrativos do FDS
- Capítulo V – Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira
  - Seção I - Execução das despesas
  - Seção II - Patrimônio financeiro do FDS
  - Seção III - Disponibilidade FDS – outros recursos
  - Seção IV - Receita financeira
  - Seção V - Remuneração do banco operador- valor e fundamento legal
- Capítulo VI - Conformidades e Tratamento de disposições legais e normativas
  - Seção I - Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU
  - Seção II - Tratamento de recomendações da CGU
- Capítulo VII – Informações contábeis
  - Seção I - Demonstrações contábeis
  - Seção II - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
- Capítulo VIII – Outras informações sobre a gestão
  - Seção I - Informações relevantes da gestão no exercício
- Capítulo IX - Resultados e conclusões
- Capítulo X - Relação de Anexos

Os capítulos I a IV do Relatório dispõem tanto sobre os aspectos legais, intrínsecos à constituição e às responsabilidades do FDS, quanto aos objetivos estratégicos projetados e resultados alcançados para o referido exercício e a avaliação de desempenho do Fundo.

Os capítulos V a X dispõem sobre as demonstrações contábeis e manifestação da auditoria e a documentação apensada ao relatório.

Entre as realizações do FDS em 2013, ressaltam-se:

- término da especificação do SISFDS que otimiza o processo de regulação de sinistros MIP e DFI, de responsabilidade do Fundo;
- conclusão de 268 empreendimentos contratados no âmbito do PCS e outros 53 no PMCMV-E;
- aumento das contratações no PMCMV-E, principalmente nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Em 2013, foram contratadas 29.534 UH enquanto em 2012, forma 4.911 UH, representando um incremento de 601%;
- contratação de empresa especializada para realização de estudos atuariais para projeção do comportamento futuro das ocorrências de evento motivador para cobertura de garantias pelo FDS;
- 57 famílias foram beneficiadas com a execução da garantia do financiamento por evento de MIP nos dois programas;
- o FDS concedeu garantia para 486 imóveis com ocorrência de DFI, recuperando os imóveis danificados no PCS e no PMCMV-E;
- aumento do retorno dos financiamentos que em 2013 foi de R\$ 10.671.183,16 para o PCS e R\$ 1.842.495,97 para o PMCMV-E.

**CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS****PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS****3.1 Planejamento do FDS**

As diretrizes estratégicas do FDS apresentam-se no contexto do planejamento do Ministério das Cidades, gestor da aplicação dos recursos do Fundo, e da CAIXA cujo Plano Estratégico, fixado para o período de 2012 a 2022, contou com a participação de todas as áreas da empresa para assegurá-la no papel de agente de políticas públicas e propulsor do desenvolvimento sustentável do Brasil.

A missão da empresa, de “atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado Brasileiro” foi mantida e a visão de futuro é de “estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas”.

Para alcançar a visão de futuro e cumprir a missão da empresa, foi reelaborado o mapa estratégico, abrangendo objetivos empresariais, seus indicadores e metas, bem como iniciativas estratégicas, com finalidade de orientar a organização na busca de resultados sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Em abril de 2013, em continuidade às ações implantadas no ano anterior, iniciou-se a segunda etapa do Movimento Caixa+10, estabelecendo de forma sistematizada e explícita em toda a empresa uma nova forma de atuação. Assim, foram implantados ajustes no Modelo de Gestão da empresa, visando mais agilidade e competitividade nos negócios.

Os objetivos estratégicos do FDS estão vinculados aos princípios e elementos do novo modelo de Gestão da CAIXA, que são:

**a) Princípios**

Sinergia público comercial	Desempenho financeiro em prol de desenvolvimento econômico e social
Foco cliente	Criação de valor para o cliente como orientador
Responsabilização	Empregados comprometidos com o resultado de suas atividades
Simplicidade	Redução da burocracia, minimizando etapas, interfaces e níveis de aprovação
Integração	Maior colaboração e coordenação entre unidades
Eficiência	Maior atenção à produtividade e controle de custos
Escalabilidade	Capacidade de absorver crescimento sem inviabilizar modelo de gestão

**b) Elementos do Modelo**

- Estrutura: unidades de negócios e unidades funcionais;
- Governança: decisões mais ágeis;
- Estratégia: planejamento integrado à avaliação de desempenho;
- Processos: produtividade e eficiência;
- Cultura Organizacional: desenvolvimento de líderes e de talentos.

Este modelo objetiva dar um salto qualitativo e quantitativo na gestão de negócios e resultados da empresa e está respaldado em princípios que guiarão a empresa na concretização de sua visão de futuro.

As ações implementadas no âmbito da gestão do FDS, estão vinculadas a duas dimensões estratégicas da CAIXA:

- Processos Internos;
- Aprendizado e Crescimento.

Os objetivos estratégicos vinculados a essas dimensões foram:

- Ter processos eficientes – assegura que os processos operacionais sejam ágeis, simples, racionais e com melhor custo benefício e que agreguem valor na visão dos clientes;
- Ter excelência no atendimento e relacionamento – procura atender ao cliente com transparência, ética, cortesia e atenção, orientando-o sobre suas necessidades e gerando negócios;
- Ter um processo estruturado voltado para inovação – significa ter um fluxo contínuo e sistemático de discussão e avaliação de ideias para geração de novos produtos, serviços, canais, devendo contar e ou atuar com parceiros;
- Ter cultura organizacional voltada para o resultado estratégico - busca construir um ambiente orientado para a criação e disseminação da cultura de resultados sustentáveis, com vistas a alcançar de forma continuada seus objetivos estratégicos;
- Ser equipe de alta performance - consiste em ser equipe com cultura voltada para o resultado estratégico, tendo as competências demandadas pelas estratégias asseguradas e lideranças que mobilizem a mudança.

O Agente Operador do FDS conta com uma equipe de 14 pessoas que se dedicam exclusivamente ao Fundo e 3 pessoas com dedicação parcial, sendo 4 do sexo masculino e 13 do sexo feminino e, durante o exercício de 2013 foram realizadas 831 horas de treinamento, das quais 386 presenciais e 445 à distância, por meio da Universidade CAIXA e outras instituições.

No PCS a estratégia estabelecida para o exercício de 2013 se resumiu na aplicação dos recursos do FDS, acompanhamento das obras em andamento e do retorno dos recursos aplicados.

Em 2013, o CCFDS não estabeleceu o Plano de Metas e as Diretrizes Gerais destinados à aplicação dos recursos alocados ao FDS, para o PCS, tendo em vista a opção das entidades em contratar no âmbito do PMCMV-E, onde as condições de financiamento são mais favoráveis para o beneficiário final, atraindo um número maior de interessados.

No PMCMV-E deu-se prioridade a adequação das normas emanadas pelo MCidades, à legislação vigente e a implementação de melhorias no fluxo de contratação de propostas e liberação de parcelas do financiamento.

Em 2014, no âmbito dos Programas PCS e PMCMV-E serão adotadas ações de cobrança, objetivando a redução da inadimplência, além do acompanhamento e regularização das obras atrasadas ou paralisadas.

O Plano de Metas e as Diretrizes Gerais destinados à aplicação dos recursos alocados ao FDS, para o exercício de 2013, no âmbito do PMCMV-E, foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº 196, de 2013, no valor total de R\$ 1.168.144.012,13, e considerou o valor médio da unidade habitacional de R\$ 55.000,00, alocados em conformidade com o déficit habitacional por região do País, e do aporte de recursos pela União.

### **3.1.1      Demonstração da execução de ações para o exercício**

No exercício de 2013, assim como em 2011 e 2012, o interesse dos beneficiários permaneceu voltado para os financiamentos regidos pelas regras do PMCMV-E, tendo em vista o programa oferecer condições mais favoráveis para o beneficiário final do que PCS, que não realizou contratações em 2013.

A RCCFDS nº 198/2013, introduziu as seguintes mudanças nas regras do PMCMV-E:

- O FDS passa a assumir DFI em casos excepcionais de depredação, devidamente justificados, condicionando a aplicação dos recursos à autorização da SNH e à declaração de ausência de responsabilidade a ser firmada pela EO e pelos beneficiários;
- a contratação na modalidade aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalização fica limitada à até 1.3 do total de 60.000 unidades habitacionais previstas na meta do PMCMV-E, exercício de 2011-2014. Este limite será recomposto a cada contratação relativa à construção das unidades habitacionais.

A IN Ministério das Cidades nº 43, de 2013, remanejou recursos entre as regiões do País, em decorrência do crescimento maior da demanda verificado nas regiões Centro-Oeste e Sul.

Com isso, a execução orçamentária da região do Centro-Oeste passou de R\$ 92,4 milhões para R\$ 176 milhões. Por sua vez, o orçamento previsto para o Sul saltou de R\$ 11,4 milhões para R\$ 286 milhões.

### **3.1.2      Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

#### **3.1.2.1      Programa Crédito Solidário – PCS**

O PCS foi criado e regulamentado pela Resolução CCFDS nº 93, de 2004. Em 2008, o Programa foi reformulado com o objetivo de obter melhores resultados na gestão dos recursos do FDS e desde então é regido pela Resolução CCFDS nº 121, de 2008.

O Programa visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, possibilitando a produção e a aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física, em áreas urbanas e rurais em todo território nacional.

O PCS tem como público alvo as famílias, organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.140,00, em condições de contratações especiais e subsidiadas:

- dispensada a cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;

- desconto de 10% no valor da prestação paga até a data de vencimento;
- pagamento à entidade associativa de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente;
- dispensado o pagamento de prêmio de seguro de MIP e DFI, sendo que no caso de sinistro de morte ou invalidez permanente a dívida é assumida pelo FDS a título de subsídio.

É permitida a contratação de financiamento ao beneficiário final maior de 60 anos de idade, limitada a 5% do total de unidades financiadas no Programa.

Os recursos do Programa são oriundos do FDS, previstos no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, limitados à capacidade de assunção pelo Fundo do aporte à Conta Equalizadora e ao pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro com os recursos da Carteira Subsídios do FDS.

Em caráter complementar aos recursos do FDS, é previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado.

Para atender os subsídios do Programa, foi constituída a Conta Equalizadora com aporte pelo FDS dos seguintes valores:

- recurso oneroso - constituído do percentual de 20% do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
- recurso da Conta Subsídios do FDS - percentual variável em função do prazo de: amortização e carência, limitado a 30% do valor de financiamento e retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.

No ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, os recursos do FDS são depositados na Conta Equalizadora, remunerados à taxa de mercado (SELIC) e movimentados, exclusivamente, nas seguintes situações:

- retorno da prestação mensal dos recursos onerosos do FDS;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de eventual saldo remanescente ao final do prazo da operação;
- retorno à Conta Subsídios do FDS de recursos excedentes, após avaliação anual do Agente Operador.

### 3.1.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

O PMCMV-E foi instituído pela Resolução CCFDS nº 141, de 2009 e, atualmente, é regido pela Resolução CCFDS nº 194, de 2012.

O Programa tem por objetivo atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda de áreas urbanas, por intermédio da concessão de financiamentos às pessoas físicas organizadas de forma associativa por uma Entidade Organizadora, cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e a aquisição de novas habitações, observadas as modalidades operacionais, e atendendo aos padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Os recursos do Programa são oriundos de aporte de recursos OGU realizados ao FDS, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com os artigos 2º, inciso II e 82-B da lei nº 11.977, de 2009 e alterações posteriores.

É previsto o aporte por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado, em caráter complementar aos recursos do FDS.

O Programa tem como público alvo as famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00, em condições de contratação, especiais e subsidiadas:

- isenção de cobrança de taxa de juros;
- dispensada a cobrança de atualização monetária no período de execução da obra;
- subvenção econômica concedida nas prestações do financiamento, ao longo de 120 meses;
- em caso de MIP, a dívida remanescente é amortizada pelo FDS, observando-se o percentual de renda pactuado;
- assunção pelo FDS das despesas com recuperação dos imóveis na ocorrências de DFI;
- pagamento pelo FDS das despesas de custas e emolumentos cartorários;
- pagamento à EO de 5% do valor da prestação, se o grupo estiver 100% adimplente.

O Programa prevê que, entre os beneficiários, terão prioridade as famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

O Programa possibilita ainda a contratação direta da EO como substituta temporária dos beneficiários.

Importa destacar que a lei nº 11.977, de 2009 estabeleceu que a concessão da subvenção econômica dar-se-ia no ato da contratação. Com a publicação da lei nº 12.424, de 2011, a subvenção econômica passou a ser concedida na prestação do financiamento habitacional, ao longo de 120 meses.

Por sua vez, o decreto nº 7.795, de 2012, determina que os beneficiários assumirão responsabilidade contratual pelo pagamento de 120 prestações mensais, correspondentes a 5% da renda bruta familiar mensal, com valor mínimo fixado em R\$ 25,00.

O valor desembolsado pelo FDS para as operações do PMCMV-E compreende os custos necessários à produção da UH, a subvenção econômica concedida ao beneficiário e as despesas referentes à concessão de garantia por DFI, pagamento de custas e emolumentos e de taxa de administração ao AF.

Com relação à assunção pelo FDS de garantia por evento DFI, o EO segregá o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001% sobre o valor de cada financiamento concedido ao beneficiário, no prazo de 120 meses, em conta específica do Fundo, remunerada à taxa SELIC, para fazer frente às despesas com recuperação de imóveis.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de DFI não sejam suficientes, os recursos da Conta Subsídios do FDS serão utilizados para complementar os valores faltantes.

Para garantir as despesas do FDS com custas e emolumentos, o EO segregá o valor correspondente à 0,02% sobre o valor de cada financiamento concedido ao beneficiário, em conta gráfica específica do Fundo, remunerada à taxa SELIC, a exemplo do que ocorre para o DFI.

### **3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

A distribuição dos recursos orçamentários é efetuada pelo MCidades - gestor dos recursos do PCS e do PMCMV-E, de acordo com o déficit habitacional de cada região do território nacional.

A distribuição orçamentária é divulgada no Plano de Metas e Diretrizes Gerais para FDS, publicado anualmente pelo MCidades por meio de Instrução Normativa.

#### **3.2.1 Programa Crédito Solidário – PCS**

Em 2013, o MCidades não estabeleceu Plano de Metas e as Diretrizes Gerais para o PCS, tendo em vista que não houve demanda por parte das EO para contratação de novas operações de financiamento.

Ressalta-se que a falta de interesse das EO pelo PCS surgiu após o advento do PMVMC-E, uma vez que este programa apresenta condições mais vantajosas de financiamento, tais como subvenção econômica, valor de UH maior, prazo de amortização menor.

#### **3.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**

Para o exercício de 2013 foi prevista a alocação de recursos do FDS no PMCMV – E, por meio da Resolução CCFDS nº 196, de 2013, no valor de R\$ 1,1 bilhão, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1 - Destinação dos Recursos Alocados ao FDS em 2013**

FINALIDADE	VALOR R\$
Financiamento e descontos concedidos ao beneficiário final	1.100.000.000,00
Despesas com DFI	13.200.000,00
Custas e emolumentos	22.000.000,00
Taxa de administração do AF	32.944.012,13
<b>Total de Alocação de Recursos OGU</b>	<b>1.168.144.012,13</b>

Fonte: Resolução CCFDS nº 196.2013

O montante de R\$ 1,1 bilhão destinado à contratação das operações de financiamento habitacional foi distribuído por região geográfica, respeitando o percentual orçamentário previsto na Resolução CCFDS nº 172, de 2010, conforme discriminado na tabela seguinte:

**Tabela 2 - Distribuição Recursos FDS.PMCMV-E por Região Geográfica**

Distribuição Recursos FDS.PMCMV-E por Região Geográfica			
UF	Quantidade UH	%	Orçamento Destinado R\$
Norte	1.914	9,57	105.270.000,00
Nordeste	6.016	30,08	330.880.000,00
Sudeste	8.302	41,51	456.610.000,00
Sul	2.088	10,44	114.840.000,00
Centro-Oeste	1.680	8,40	92.400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.000</b>	<b>100,00</b>	<b>1.100.000.000,00</b>

Fonte: Resolução CCFDS nº 196.2013

No decorrer do ano de 2013, verificou-se algumas regiões contratariam mais do que o percentual estipulado na Resolução CCFDS nº 196, de 2013. Visando dar efetividade na execução orçamentária e o cumprimento da função social do fundo, a EO solicitou o remanejamento de recursos ao MCidades, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 3 - Novo Orçamento após o Remanejamento - PMCMV-E**

Novo Orçamento após o Remanejamento - PMCMV-E			
UF	Quantidade UH	%	Orçamento destinado R\$
Norte	2.574	12,87	141.570.000
Nordeste	3.638	18,19	200.090.000
Sudeste	4.763	23,82	262.020.000
Sul	5.601	28,00	308.000.000
Centro-Oeste	3.424	17,12	188.320.000
<b>TOTAL</b>	<b>20.000</b>	<b>100,00</b>	<b>1.100.000.000</b>

Fonte: IN MCidades nº 38.2013

### 3.2.3 Execução do orçamento distribuído nos programas do FDS

#### 3.2.3.1 Programa Crédito Solidário – PCS

Como não houve novas contratações em 2013, a execução orçamentária refere-se aos desembolsos para pagamento de obras contratadas em exercícios anteriores.

Os desembolso de recursos FDS realizados, em 2013, no âmbito do PCS, foram destinados para o pagamento das seguintes despesas:

**Tabela 4 - Despesas PCS**

TIPO DE DESPESA	VALOR R\$
Pagamento de obra executada	4.996.329,01
DFI	23.802,78
Retorno de prestações	15.364.926,60

### 3.2.3.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

A LOA de 2013, no Programa 2049 – Moradia Digna, objetivo 0383, iniciativa 015S – Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado, ação 00CY – Transferência ao FDS, tendo o MCidades como unidade orçamentária, empenhou o valor de R\$ 315.000.000,00 e o montante de R\$ 866.393.498,00 encontra-se registrado no SIAFI como “RESTOS A PAGAR” do exercício de 2013.

Importa destacar que o FDS utilizou R\$ 15 milhões dos recursos onerosos do PCS para efetuar os pagamentos de desembolsos do PMCMV-E previstos em dezembro de 2013, considerando que o aporte de recursos OGU no referido período foi insuficiente para honrar todos os compromissos assumidos pelo PMCMV-E.

Em razão disso, o FDS tem direito a ser resarcido pela União da respetiva quantia dos recursos onerosos PCS que foi utilizada nas operações do PMCMV-E, atualizada pela taxa SELIC, consoante prevê o Art 82-A da lei nº 11.977, de 2009.

Do R\$ 1,1 bilhão de dotação orçamentária prevista em 2013, 78,61% foram realizados, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste que ultrapassaram os 100% de participação orçamentária prevista para cada uma, bem como o Centro Oeste que registrou 96% de realização, conforme pode ser observado na tabela 5:

**Tabela 5 - Execução do Orçamento - PMCMV-E**

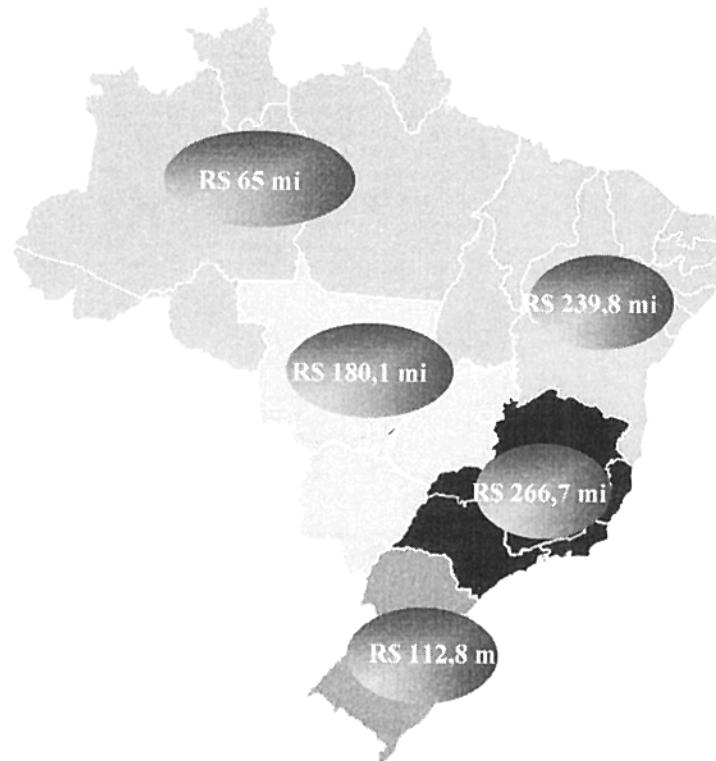
Regiões	Distribuição orçamentária dos recursos em 2013 (a)	% Participação no orçamento	Valores em R\$	
			Financiamento realizado até DEZ.2013 (b)	% de realização [(c=b.a)]
Norte	141.570.000,00	12,87	65.038.604,39	45,94
Nordeste	200.090.000,00	18,19	239.885.100,28	119,89
Sudeste	262.020.000,00	23,82	266.761.676,67	101,81
Sul	308.000.000,00	28,00	112.863.384,86	36,64
Centro-oeste	188.320.000,00	17,12	180.196.587,68	95,69
<b>Total</b>	<b>1.100.000.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>864.745.353,88</b>	<b>78,61</b>

Fonte: SIAPF

Destaca-se que as regiões Sul e Sudeste concentram 52% da aplicação orçamentária prevista para o PMCMV-E, em 2013, e isso decorre principalmente do maior déficit habitacional nessas localidades.

A ilustração 1 representa a distribuição da aplicação do orçamento PMCMV-E geograficamente.

**Ilustração 1 - Mapa Geográfico da Aplicação do Orçamento PMCMV E**



**3.2.4 Processo de seleção e hierarquização das propostas**

**3.2.4.1 Programa Crédito Solidário – PCS**

No exercício de 2013 não houve seleção de proposta no PCS, tendo em vista a opção das entidades em contratar financiamento com recursos do FDS pelo PMCMV-E onde as condições de financiamento são mais favoráveis para o beneficiário final.

**3.2.4.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCM-E**

Em 2013 foram selecionadas 104 propostas, sendo 41 na modalidade contratação com os beneficiários finais e outras 63 na modalidade contratação direta com a EO como substituta temporária dos beneficiários.

As tabelas 6 e 7 apresentam o quantitativo de UH e valor das propostas selecionadas pelo Programa no exercício de 2013:

**Tabela 6 - Propostas Selecionadas na Modalidade Contratação com Beneficiário – PF**

PROPOSTAS SELECIONADAS - PF		Valores em R\$.	
Situação	Quantidade	VALOR FINANCIADO FDS	UH
Selecionadas e contratadas em 2013	28	114.756.559,62	2.004
Selecionadas em 2013 a contratar em 2014	13	75.678.987,32	1.409
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>191.010.265,29</b>	<b>3.413</b>

Fonte: [www.cidados.gov.br](http://www.cidados.gov.br) Propostas Selecionadas PMCMV-E

**Tabela 7 - Propostas Selecionadas na Modalidade Contratação Direta com a EO – PJ**

PROPOSTAS SELECIONADAS - PJ		Valores em R\$	
Situação	Quantidade	VALOR FINANCIADO FDS	UH
Selecionadas e contratadas em 2013	43	685.246.408,19	10.757
Selecionadas em 2013 a contratar em 2014	20	269.157.824,00	4.449
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>954.404.232,19</b>	<b>15.206</b>

Fonte: [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br) Propostas Selecionadas PMCMV-E

Cabe destacar que das 18.619 UH selecionadas em 2013, 81,67% concentram-se na modalidade contratação direta com EO, como substituta temporária dos beneficiários.

### 3.2.5 Resultado das aplicações nos programas com recursos do FDS

#### 3.2.5.1 Programa Crédito Solidário – PCS

O resultado das aplicações dos recursos do FDS no PCS entre os anos de 2005 a 2013 está consolidado na Tabela 8:

**Tabela 8 - Resultado das Aplicações do FDS - PCS**

Resultado das Aplicações do FDS - PCS								Valores em R\$
Até 2013	Recursos Onerosos do FDS	Desembolsado	Moradias construídas	Valor médio por Unidade habitacional	Empregos gerados	População beneficiada <sup>1</sup>	Renda média familiar	
<b>Total</b>	<b>432.920.663,80</b>	<b>382.387.547,33</b>	<b>21.187</b>	<b>18.148,22</b>	<b>45.004</b>	<b>85.595</b>	<b>1,44</b>	

Fonte: SIAPF.SIFOB.SIACI

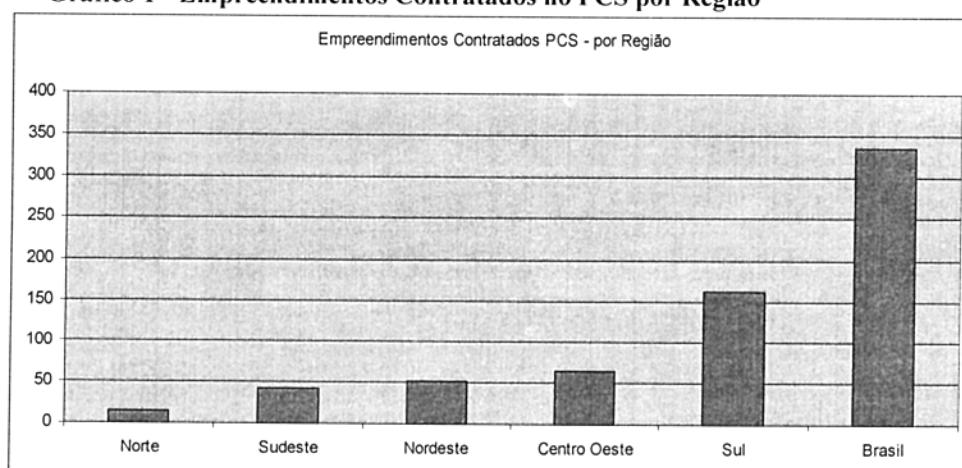
Posição: 31.12.2013

<sup>1</sup>A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

O PCS atingiu seu objetivo quanto ao atendimento ao público alvo, uma vez que consegue atender a famílias com renda média de aproximadamente 1,44 salários mínimos, ao custo médio de R\$ 18.148,22.

Em termos de distribuição regional, conforme demonstrado no Gráfico I, a Região Sul com 163 empreendimentos possui quase a metade dos contratos assinados no PCS.

**Gráfico 1 - Empreendimentos Contratados no PCS por Região**



### 3.2.5.1.1 Recursos financiados e desembolsados no PCS

A Tabela 9 apresenta informações consolidadas referentes aos recursos financiados e desembolsados no PCS no período compreendido entre 2005 a 2013:

**Tabela 9 - Recursos Financiados e Desembolsados – PCS**

Recursos Financiados e Desembolsados - PCS				Valores em R\$
2005.2013	Financiado obra	Fundo Garantidor	Conta Equalizadora (20%)	
<b>Total</b>	361.432.172,79	-		71.732.174,43

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2013

O valor total desembolsado representa o volume de recursos onerosos que já foram destinados à execução de obras, ao Fundo Garantidor e à Conta Equalizadora.

Verifica-se também na Tabela 9 que o valor de R\$ 361,4 milhões foi desembolsado para obra.

### 3.2.5.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E

Das 104 propostas selecionadas pelo MCidades em 2013, 71 foram contratadas, equivalente a 68,27% do total selecionado.

As 71 propostas contratadas no exercício resultam na aplicação de cerca de R\$ 810,5 milhões de recursos FDS para produção de 12.821 UH, conforme demonstrado na Tabela 10:

**Tabela 10 - Propostas PMCMV-E Contratadas em 2013**

MODALIDADE PROPOSTA	QUANT.	VALOR FINANCIADO FDS	UH
Contratação com beneficiários - PF	28	114.756.559,62	2.004
Contratação direta com a EO subst. temporária - PJ	43	685.246.408,19	10.757
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>800.002.967,81</b>	<b>12.761</b>

Fonte: CAIXA.SUFUS.GEFUS

Ressalta-se que das 12.761 UH contratadas em 2013, 84% concentram-se na modalidade contratação direta com a EO como substituta temporária dos beneficiários – PJ.

Comparado com o exercício anterior, em 2013 houve um incremento de 56% no quantitativo de UH contratadas e de 83,64% no volume de recursos aplicados pelo FDS no PMCMV-E.

Observa-se ainda que as contratações no âmbito do Programa estão concentradas nas regiões sudeste e nordeste, conforme resumido na Tabela 11:

**Tabela 11 - Propostas contratadas PMCMV-E em 2013 por região geográfica**

Região	Contratação PF		Contratação PJ		Total UH	Valores em R\$ Total Valor
	UH	Valor	UH	Valor		
Norte	300	15.419.361,02	1.074	35.078.079,50	1.374	50.497.440,52
Nordeste	1.231	70.714.871,49	1.650	25.328.681,76	2.881	96.043.553,25
Sul	166	7.567.687,80	4.538	38.110.598,23	4.704	45.678.286,03
Sudeste	634	41.258.116,80	4.372	93.823.461,73	5.006	135.081.578,53
Centro Oeste	481	22.369.765,60	1.727	21.908.521,90	2.208	44.278.287,50
<b>Total</b>	<b>2.812</b>	<b>157.329.802,71</b>	<b>13.361</b>	<b>214.249.343,12</b>	<b>16.173</b>	<b>371.579.145,83</b>

A Tabela 12 apresenta informações consolidadas referentes ao resultado das aplicações de recursos do FDS no PMCMV-E, no período de 2009 a 2013 e na Tabela 13 o valor desembolsado por ano de Contratação.

**Tabela 12 - Resultado das Aplicações do FDS - PMCMV-E**

Ano	Valor da Operação	Desembolsado R\$	Resultado das Aplicações do FDS – PMCMV-E					Valores em R\$ Renda média familiar SM	
			Moradias construídas	Valor médio por UH <sup>1</sup>	Empregos gerados	População beneficiada <sup>2</sup>			
2009	11.951.358,99	10.880.287,58	309	38.677,54	1.161	1.248	1,5		
2010	201.914.168,19	186.360.944,95	5.532	36.499,31	18.859	22.349	1,19		
2011	96.692.392,00	86.191.493,41	2.641	36.612,03	9.394	10.670	1,14		
2012	182.608.288,87	113.799.824,54	1.961	52.092,79	9.649	11.106	1		
2013	371.579.145,83	126.623.727,35	29.534	55.949,43	48.720	93.784	1		
<b>Total</b>	<b>864.745.353,88</b>	<b>523.856.277,83</b>	<b>34.445</b>	<b>43.996,22</b>	<b>87.783</b>	<b>139.157</b>	<b>1,17</b>		

Fonte: SIAPF.SIFOB.SIACI. Posição: 31.12.2013

<sup>1</sup>O valor médio da UH foi apurado, excluindo os valores relativos ao financiamento direto com a EO para produção de UH.

<sup>2</sup>A população beneficiada foi apurada considerando a família com 4,04 pessoas.

**Tabela 13 - Desembolso por Ano de Contratação - PMCMV-E**

Desembolso por Ano de Contratação - PMCMV-E						
Ano de contratação	2009	2010	2011	2012	2013	
<b>Quantidade de UH contratadas</b>	309	5.532	2.641	2.749	16.173	
<b>Valor Contratado (R\$)</b>	11.951.358,99	201.914.168,19	96.692.392,00	183.000.269,10	371.579.145,83	
	2009	1.954.725,07	-	-	-	
	2010	2.843.500,97	64.775.593,74	-	-	
	2011	2.929.515,88	76.932.395,11	28.791.317,91	-	
	2012	2.021.899,34	34.664.634,37	40.122.031,84	63.268.156,05	-
	2013	1.130.646,32	9.988.321,73	17.278.143,66	50.531.668,49	126.623.727,35
<b>Total realizado</b>	<b>10.880.287,58</b>	<b>186.360.944,95</b>	<b>86.191.493,41</b>	<b>113.799.824,54</b>	<b>126.623.727,35</b>	

### 3.2.6 Situação das obras contratadas nos programas com recursos do FDS

#### 3.2.6.1 Programa Crédito Solidário

Dos 333 empreendimentos contratados no PCS, 268 foram entregues aos beneficiários com 13.910 unidades habitacionais, 80,48% do total.

**Tabela 14 - Unidades Habitacionais por UF – PCS**

UNIDADES HABITACIONAIS POR UF	
REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	433
Nordeste	2.675
Centro-oeste	4.735
Sudeste	1.622
Sul	4.445
<b>TOTAL</b>	<b>13.910</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2013

Para possibilitar o andamento das obras foi necessário suplementar o valor contratado de 3 empreendimentos em montante de R\$ 2.391.743,15.

A contratação do empreendimento Condomínio das Mangueiras foi cancelada passando a ser contratado no PMCMV-E. Na nova contratação o terreno foi dividido em dois empreendimentos o Condomínio das Mangueiras com 312 unidades habitacionais e o Residencial Zumira Barros com 300 unidades habitacionais.

A Tabela 15 adiante apresenta a situação das obras dos empreendimentos contratados desde o início do Programa:

**Tabela 15 - Situação de Obras – PCS**

Situação das obras	Quantidade de empreendimentos 2005 a 2013
No prazo	5
Concluídas	268
Atrasadas	35
Adiantadas	0
Paralisadas	25
<b>Total</b>	<b>333</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2013

Foram concluídos 80,48% das obras contratadas e o percentual de obras atrasadas e paralisadas, na posição dezembro de 2013, era de 18,02%, em função de:

- inexistência de infraestrutura e saneamento na área de intervenção;
- falta de finalização da infraestrutura, não existindo condições de habitabilidade;
- falta de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- dificuldades para legalização do empreendimento;
- dificuldades no gerenciamento e acompanhamento das obras pelas entidades associativas;
- abandono da obra pelo responsável pela sua execução;
- não uniformidade do ritmo de execução da obra no regime de mutirão;
- problemas de abastecimento de água;
- alterações de projetos e quantitativo de materiais.

### 3.2.6.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

Apesar do Programa ter sido criado em 2009, as obras das operações contratadas só foram iniciadas em 2010.

Até 2013 foram concluídas 32,31% das obras contratadas, beneficiando 3.580 famílias com a entrega da casa própria. Foram entregues 3.580 UH, sendo a região Centro-Oeste a com maior número de unidades concluídas.

**Tabela 16 - Unidades Habitacionais por UF – PMCMV-E**

UH ENTREGUES 2009 A 2013	
REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	-
Nordeste	590
Centro-oeste	1.393
Sudeste	954
Sul	643
<b>TOTAL</b>	<b>3.580</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2013

A Tabela 17 apresenta a situação das obras dos empreendimentos neste Programa:

**Tabela 17 - Situação das obras - PMCMV-E**

Situação das obras	Quantidade de empreendimento 2009 a 2013	%
Normal	44	26,83
Não Iniciadas	2	1,22
Atrasadas	57	34,76
Adiantadas	6	3,66
Paralisadas	2	1,22
Concluídas	53	32,31
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAPF

Posição: 31.12.2013

As razões das obras paralisadas ou atrasadas são semelhantes às do PCS antes referidas

### **3.2.7 Situação de inadimplência dos beneficiários finais nas obras contratadas**

#### **3.2.7.1 Programa Crédito Solidário**

O PCS possui 333 empreendimentos contratados, constituídos por 21.187 unidades habitacionais. Deste total, 268 foram entregues e os contratos de financiamento habitacional encontra-se em fase de amortização.

Na carteira de contratos ativos do PCS em 31.12.2013, a dívida vencida das operações com atraso acima de 60 dias representava 19,10% dos contratos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 18 - Inadimplência PCS**

INADIMPLÊNCIA POR DIA DE ATRASO						
PCS	Em dia	01 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima 90	Total
Contratos	14.278	1.442	794	419	3.388	<b>20.321</b>
% Participação	70	7,1	3,9	2,1	17	100

Fonte: SIFOB.CIWEB

Posição: 31.12.2013

#### **3.2.7.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**

O Programa não apresenta inadimplência na fase de construção, pois não há cobrança de encargos no período de execução das obras.

Dos 13.245 contratos de financiamento em fase de amortização, 4,20% encontram-se em atraso acima de 60 dias, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 19 - Inadimplência PMCMV-E**

INADIMPLÊNCIA POR DIA DE ATRASO						
PMCMV-E	Em dia	01 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima 90	Total
Contratos	11.774	677	243	93	458	<b>13.245</b>
% Participação	89	5,1	1,8	0,7	3,5	100

Fonte: SIFOB.CIWEB

Posição: 31.12.2013

### **3.2.8 Suplementação de recursos nos programas com recursos do FDS**

#### **3.2.8.1 Programa Crédito Solidário**

O CCFDS, por meio da Resolução CCFDS nº 125, de 2008, autorizou a suplementação dos contratos assinados e não concluídos até 20.03.2008, e objetiva permitir a conclusão das obras.

Em 2013 houve suplementação de recursos financeiros em 3 contratos no valor total de R\$ 2.391.743,15.

#### **3.2.8.2 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**

Não está prevista suplementação de recursos neste Programa.

**CAPÍTULO IV - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO****ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO****4.1 Controles internos administrativos do FDS**

O Gestor do FDS, de modo a assegurar a eficiência e a eficácia das operações do FDS ante os objetivos traçados em cada exercício, adota sistema de controles internos atualizado, de forma contínua, que observa a segurança das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e aos regulamentos pertinentes, além da adequada utilização dos recursos do Fundo, conforme demonstrado nos subitens a seguir e na tabela XXIII - Avaliação do Sistema de Controles Internos do FDS - anexo I deste Relatório.

**4.1.1 Ambiente de Controle**

A alta administração da CAIXA, em face da necessidade de garantir a consecução dos objetivos do FDS, fomenta a sistematização dos controles internos e realiza o suporte necessário à manutenção desse controle por meio da avaliação, da fiscalização e do monitoramento contínuos dos resultados apresentados pelo Fundo, bem como do oferecimento das ferramentas requeridas ao estabelecimento e ao aperfeiçoamento do sistema de governança corporativa, a partir do que preceitua o Plano Estratégico da CAIXA.

Para avaliar a exposição ao risco e à eficiência do gerenciamento de risco operacional, a CAIXA dispõe de Vice-Presidência específica, bem como do normativo interno da 'Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA' que estabelece diretrizes, princípios, premissas, valores, regras e responsabilidades necessárias à identificação, à mensuração, à avaliação, ao monitoramento, ao controle, à mitigação e ao reporte do risco operacional.

A comunicação das informações do FDS segue o modelo de gerenciamento de riscos da CAIXA, tratados em função do grau de gravidade por nível hierárquico específico, quais sejam, Gerências Executivas, Gerência Nacional, Superintendência Nacional, Diretoria Executiva e Vice-Presidência.

De acordo com o Decreto 1.171/1994 os empregados da administração pública indireta estão sujeitos, também, ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

No caso FDS, o Gestor do FDS utiliza o Código de Ética da CAIXA para sistematizar os valores éticos que devem nortear a sua condução na Gestão do Fundo, bem como orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos. Ressalta-se que todos os empregados da CAIXA assinam, anualmente, o Termo de Ciência do Código de Ética da CAIXA.

Os procedimentos e as instruções operacionais do FDS são padronizados por meio dos manuais normativos internos do FDS que segregam, por Gerências, as rotinas e atividades do Fundo, elaboradas em consonância com os normativos externos do FDS.

Os procedimentos e rotinas operacionais do FDS e o Código de Ética da CAIXA apresentam-se normatizados na forma de manuais normativos internos que obedecem aos padrões de *compliance* no processo de elaboração e publicação de normativos, inclusive para aqueles que necessitam de qualificação e ou validação de diversas áreas envolvidas.

As delegações de autoridade estão previstas nos manuais internos da CAIXA que regulam as atribuições das funções gratificadas, normativos internos ‘Gestão de Competências CAIXA’ e ‘Estrutura de Funções Gratificadas’.

A segregação de função está estruturada na forma do Plano de Funções Gratificadas – PFG, instrumento de gestão de pessoas composto por um conjunto de funções gratificadas com descrições, especificações, níveis remuneratórios, condições de acesso e movimentação. Diante disso, e considerando que os manuais normativos internos do FDS segregam as rotinas do Fundo por Gerências, inexiste conflito de funções entre setores e ou empregados.

Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos objetivos do FDS na medida em que realizam a mensuração e a avaliação dos riscos operacionais a fim de estabelecer métricas para modelar o comportamento histórico dos eventos de risco operacional, e projetar o comportamento futuro desses eventos e definir ações de prevenção e identificação das ocorrências suscetíveis ao risco.

#### **4.1.2 Avaliação de Risco**

Os mecanismos utilizados pelo Gestor do FDS para avaliar o perfil de decisão crítica, de modo a verificar, em nível estratégico, a ocorrência de eventual discrepância, consistem em avaliações regulares dessas decisões em face dos relatórios de controle de risco produzidos em consonância com a política de gerenciamento de risco operacional, a qual se estrutura de acordo com o Plano Estratégico da Empresa, a regulamentação interna e externa e as boas práticas de governança corporativa.

Destacam-se nessa estrutura o Sistema de Controles Internos – conjunto permanente de componentes compostos de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela CAIXA para o alcance de seus objetivos, manutenção e fornecimento consistentes de informações gerenciais e financeiras, de atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis, políticas e procedimentos estabelecidos e redução do risco de danos a sua imagem e os Relatórios de Controles Internos que consubstanciam as atividades relativas aos Controles Internos desenvolvidas no âmbito da CAIXA e do Gestor do FDS.

O FDS não apresenta perdas em face de fragilidades nos processos internos da unidade, entretanto eventuais ocorrências de fraudes e ou desvios são passíveis, para efeito de resarcimento ao Fundo, de instauração de sindicância para apuração de responsabilidade na forma definida em normativo interno ‘Recuperação de danos ou prejuízos causados à CAIXA’.

As atividades de guarda, estoque e inventário dos documentos pertencentes ao FDS, com vistas a dotar de efetividade organizacional o processo de arquivamento do Fundo, seguem as diretrizes do normativo interno ‘Gestão documental – guarda e recuperação de documentos e informação’ que trata da promoção, do controle, da guarda e da recuperação de documentos produzidos e recebidos pelo Fundo, bem como da racionalização da produção, do fluxo documental, da avaliação e da destinação final de documentos.

#### **4.1.3 Procedimentos de Controle**

O Gestor do FDS, em conformidade com as diretrizes da CAIXA e com o normativo interno ‘Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA, avalia, de forma preventiva, os eventos de risco operacional de acordo com a seguinte classificação: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas

relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição; riscos que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas de tecnologia da informação; falhas na execução; cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Para (i) identificar e prever e (ii) reagir, de forma sistêmica e a longo prazo, os riscos operacionais, o Gestor do FDS dispõe, respectivamente, dos seguintes instrumentos: (i.a) monitoramento dos processos do FDS pelo Gestor do Fundo, auditorias interna e independente, com a finalidade de propor a política de risco da CAIXA, decidir sobre a matriz de riscos globais e cenários econômicos, avaliar os níveis de exposição a risco da CAIXA e decidir sobre os modelos para mensuração de riscos.

Os custos com as atividades de controle adotadas para o FDS apresentam-se apropriados aos benefícios derivados de sua aplicação em face do volume de recursos que envolvem as operações do FDS e do fato de que a administração do Fundo utiliza-se da estrutura instalada pela CAIXA para tratamento de risco.

As atividades de controle adotadas para o FDS são abrangentes e razoáveis, na medida em que, com o objetivo de minimizar eventual dano financeiro ou de imagem, abarcam, além do tratamento de riscos identificados pelos órgãos fiscalizadores, pelas auditorias interna e independente e pelo mapeamento de riscos, a revisão dos principais processos e serviços relacionados ao FDS, de modo a detectar e corrigir eventual inconsistência ou evento que se configure como risco operacional, erro e ou falha que, de acordo com a natureza e gravidade, recebe tratamento imediato pelo Gestor do Fundo para avaliação.

#### **4.1.4 Informações e Comunicação**

O tratamento das informações relevantes para o FDS ocorre por meio dos canais de veículos de informações da CAIXA, formalizados e com a identificação do ato e dos agentes envolvidos, na forma do normativo interno ‘Comunicação Administrativa’, que padroniza, por meio de um conjunto de atos normativos, a comunicação administrativa na Empresa.

Para assegurar a tomada de decisão gerencial adequada, as informações do FDS são instruídas de posicionamento técnico pautado nas normas que regem o Fundo.

A divulgação interna das informações do FDS, de modo a atender às expectativas dos grupos e individuais participantes do processo do Fundo e a contribuir para a execução das responsabilidades de forma eficaz, ocorre por meio do encaminhamento de expedientes administrativos específicos, sob a forma de circular interna, comunicação eletrônica e publicação na página da intranet da CAIXA, e da realização de treinamentos específicos do FDS.

#### **4.1.5 Monitoramento**

A Auditoria Geral (AUDIT) é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA e do relacionamento com órgãos externos de controle e de fiscalização, gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil e fiscalizações acordadas com a Agente Operador do FDS.

A AUDIT também observa as normas do The Institute of Internal Auditors (IIA), representado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), e, no que forem aplicáveis, as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A AUDIT está vinculada ao Conselho de Administração por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica.

Estrutura da AUDIT:

A Auditoria Geral é composta por cinco auditorias nacionais e doze auditorias regionais, cujos objetivos são:

- a) Auditoria Nacional Atividades Especializadas (AUDAE) – gerir as atividades de auditoria na gestão de riscos e controles internos, nas áreas de recuperação de crédito, jurídica e de administração de ativos de terceiros, em participações, na entidade patrocinada e de auditorias financeira e contábil na CAIXA, exceto em fundos e programas de governo.
- b) Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas (AUDAT) – gerir as atividades de auditoria, nos aspectos operacional, contábil, financeiro e ambiental, em produtos e atividades do Governo Federal delegados à CAIXA, como fundos, programas, seguros sociais, transferência de recursos públicos, loterias e promoções comerciais, além daqueles voltados ao atendimento a políticas públicas governamentais de desenvolvimento urbano – crédito imobiliário, saneamento e infraestrutura.
- c) Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades (AUDES) – gerir as atividades de auditoria no crédito comercial pessoa física e jurídica, no agronegócio, nas atividades de logística, marketing, gestão de pessoas e relacionamento institucional, na unidade Ouvidoria, no atendimento e gestão dos canais parceiros e gerir as atividades de fiscalização de unidades lotéricas.
- d) Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade (AUDRE) – gerir o processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, apoiar os conselhos disciplinares na matriz e coordenar, acompanhar e orientar as unidades da CAIXA no atendimento às demandas oriundas dos conselhos estatutários da empresa, dos órgãos de controle e de fiscalização e da auditoria independente.
- e) Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação (AUDTI) – gerir as atividades de auditoria em tecnologia da informação, em certificação digital e apoio de TI à auditoria, inclusive auditoria eletrônica.
- f) Auditorias Regionais (AUDIR), localizadas em Brasília (2 unidades), Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - executar as atividades programadas pelas auditorias nacionais e representar a AUDIT no âmbito de suas atuações.

A Auditoria interna acompanha sistematicamente todos os processos que envolvem o FDS, emitindo pareceres e relatórios cujas constatações e recomendações são devidamente tratadas e ou justificadas, permitindo a mitigação dos riscos identificados.

A periodicidade de avaliação da Auditoria Interna de Avaliação do Controle Interno ocorre trimestral e ou eventualmente, está a critério da Alta Administração da CAIXA.

O sistema de controle interno aplicado ao FDS, em face das avaliações a que foi submetido, apresenta-se adequado e efetivo na medida em que tem propiciado a atuação preventiva da gestão e administração do Fundo na detecção de desvio de *performance* e inobservância às ações de mitigação de risco.

O processo FDS é acompanhado, de forma sistemática, pelos órgãos de controles internos e externos, bem como pela Auditoria CAIXA que certifica a eficiência e a eficácia dos instrumentos de acompanhamento e controles. Cabe ressaltar que a estrutura de gerenciamento de risco operacional está sujeita à revisão independente realizada por auditores internos e ou externos, de forma a se estabelecer garantias de isenção no processo de avaliação dessa estrutura. As funções de gerenciamento do risco operacional são independentes das funções de gerenciamento de produto, atividade e serviço.

O sistema de controle interno adotado para o FDS contribui para a melhoria do desempenho do FDS na medida em que procura atender aos objetivos das diversas etapas do processo Fundo que se encontram alinhados aos objetivos estratégicos da Administração do Fundo na CAIXA.

## CAPÍTULO V- TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 5.1 Execução das despesas

##### 5.1.2 Programa Crédito Solidário

O pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro, quando da concessão de financiamento ao beneficiário final, é realizado à vista e em espécie, apurada por cada operação de crédito realizada, com os recursos da Conta Subsídios do FDS, apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a., no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 22,06, conforme alteração estabelecida pela Resolução CCFDS nº 186, de 2012.

Até maio de 2008, as despesas consistiam na remuneração do agente financeiro, que compreende a taxa de administração e taxa de equilíbrio da operação, e na remuneração do agente operador, que se refere à taxa de risco de crédito.

A partir de 19.05.2008, com a operacionalização do Novo PCS, as despesas assumidas pelo FDS se resumem à taxa de administração do Agente Financeiro.

A Tabela 20 adiante demonstra as despesas pagas até 2013 e aquelas a desembolsar, que se encontram aprovisionadas.

**Tabela 20 - Despesas do PCS**

Despesas do PCS - 2013						Valores em R\$
Situação	Taxa Administração	Taxa de Equilíbrio	Taxa de Risco	Taxa Renegociação Migração	Total Despesas	
Pagas	3.576.445,79	2.345.328,09	818,20	1.730.040,00	7.652.632,08	
A pagar	-	-	-	-	-	-

Fonte: Aplicativo PCS

Posição: 31.12.2013

As despesas a pagar relativas à taxa de equilíbrio da operação e à taxa de risco de crédito se referem às operações contratadas no âmbito do PCS de acordo com as condições fixadas pela Resolução CCFDS nº 93, de 2004, revogada a partir de 19.05.2008.

##### 5.1.3 Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

A taxa de administração do Agente Financeiro é paga à vista e em espécie, apurada em cada operação realizada, com recursos do FDS. Essa taxa é apurada com base no valor presente, descontada a taxa nominal de juros de 12% a.a, no prazo de carência e amortização no valor máximo de R\$ 22,06.

No exercício de 2013 foi aprovisionada a quantia de R\$ 6,4 milhões e realizado o pagamento de R\$ 3,2 milhões ao AF CAIXA, referente à contratação de 11.231 UH, consoante Tabela 21.

**Tabela 21 - Despesas do PMCMV-E**

Despesas do PMCMV-E		Valores em R\$
Situação em 2013	Taxa Administração	
Paga	3.227.158,53	
A pagar	6.493.410,57	

Fonte: Aplicativo PMCMV-E

Posição: 31.12.2013

## 5.2 Patrimônio financeiro do FDS

Em cumprimento ao que determina a lei nº 8.677, de 1993, a disponibilidade financeira do Fundo e o retorno dos empréstimos concedidos devem ser aplicados em títulos públicos federais e em títulos de emissão da própria CAIXA.

O patrimônio financeiro do Fundo está dividido em cotas registradas na CETIP em nome das instituições financeiras.

Encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos o montante de 13.537.409.216,94 cotas FDS sob a titularidade de 59 instituições financeiras, cujo total financeiro é de R\$ 837.627.195,01 posicionado em 31.12.2013.

A distribuição das cotas por instituição financeira é demonstrada no Anexo II, com os valores posicionados em 31.12.2013.

Os critérios para resgate e aquisição das cotas do FDS foram estabelecidos pela Resolução CCFDS nº 118, de 2007.

No exercício de 2013 não houve solicitação de resgate de cotas pelas instituições financeiras.

A Tabela 22 demonstra a composição do Patrimônio do FDS, aplicada em operações de crédito e em títulos públicos:

**Tabela 22 - Patrimônio FDS**

Patrimônio FDS – Fundo de Investimento			Valores em R\$ mil
Modalidade	Saldo 31.12.2013	Participação (%)	
<b>1. Operações de Crédito</b>	<b>385.316,88</b>	<b>46,00</b>	
<b>2. Operações Financeiras</b>	<b>454.425,19</b>	<b>54,25</b>	
2.1 Carteira Própria	42.230,85	5,04	
2.2 Carteira de Terceiros	412.194,34	49,21	
2.3 Ajustes <sup>1</sup>	-2.114,88	-	
<b>Total</b>	<b>837.627,19</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SISFIN

Posição: 31.12.2013

<sup>1</sup> A parcela relativa a “ajustes” é decorrente de arredondamento de valores, tendo em vista que o valor da cota é inferior a 1.

### 5.3 Disponibilidade FDS - Outros Recursos

O FDS possui ainda as contas abaixo atualizadas pela SELIC:

- Conta Subsídios - suporta as despesas do PCS;
- Conta Equalizadora - suporta o pagamento mensal das prestações dos recursos onerosos do FDS no PCS;
- Conta Garantia de Risco que é utilizada para o pagamento de encargos no caso de inadimplência dos beneficiários no PCS;
- Conta Recursos OGU - recebe todo o aporte de recursos da União para execução do PMCMV-E;
- Conta DFI – segregação dos valores destinado ao pagamento de despesas com eventos de danos físicos no imóvel financiado;
- Conta Custas e Emolumentos – segregação de valor destinado ao pagamento de custas e emolumentos dos contratos com beneficiários – PMCMV-E.

**Tabela 23 - Disponibilidade FDS Outros Recursos**

Disponibilidade FDS – Outros Recursos			Valores em R\$
Modalidade	Saldo 31.12.2013	Participação (%)	
Conta Subsídios (PCS)	66.150.153,07	20,13	
Conta Equalizadora (PCS)	224.416.426,77	68,29	
Conta Depósito Garantia de Risco (PCS)	10.590.458,26	3,22	
Recursos União – OGU (PMCMV-E)	1.859.166,16	0,58	
Conta DFI (PMCMV-E)	8.418.770,02	2,56	
Conta DFI (PCS)	7.559.124,01	2,30	
Conta Custas e Emolumentos (PMCMV-E)	9.610.269,68	<b>2,92</b>	
<b>Total</b>	<b>328.604.367,97</b>	<b>100</b>	

Fonte: SISFIN

Posição: 31.12.2013

### 5.4 Receita financeira

As rendas auferidas com a aplicação das disponibilidades do FDS alcançaram no exercício de 2013 o montante de R\$ 23.579.667,23.

### 5.5 Remuneração do agente operador – valor e fundamento legal

Conforme prevê a Resolução CCFDS nº 191, de 2012, a taxa de administração a ser percebida pelo AO é apurada com base em percentual variável aplicado sobre o montante do Ativo Total do Fundo disponível no balancete do mês anterior, conforme resumido na tabela 23. No exercício de 2013, a taxa de administração foi no montante de R\$ 25.145.590:

**Tabela 24 - Taxa de Administração do AO**

<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>SOBRE O MONTANTE DO ATIVO TOTAL FDS</b>
2% a.a	até R\$ 1 bilhão de reais
1% a. a	de R\$ 1 bilhão de reais e até 3 bilhões de reais
0,5% a. a	a partir de 3 bilhões de reais

**CAPÍTULO VI - CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS****CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS****6.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU**

No ano de 2013, não houve recomendações do TCU à CAIXA, nem há recomendação pendente de atendimento, relativas ao FDS.

**6.2 Tratamento de recomendações da CGU**

No ano de 2013, não houve recomendações da Controladoria-Geral da União à CAIXA, nem há recomendação pendente de atendimento, relativas ao FDS.

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS****7.1 Demonstrações contábeis**

Segue anexa a documentação relativa às demonstrações contábeis, composta das seguintes peças: Voto ao Conselho Diretor; Notas Explicativas; Balancete Mensal; Balanço Patrimonial; Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Variações Patrimoniais; Proposta Orçamentária e Execução Orçamentária.

**7.2 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

O relatório referente às demonstrações contábeis do FDS 2013, pelos auditores independentes da Ernst&Young concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a composição e a diversificação das aplicações do FDS em 31.12.2013, e a evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas aplicáveis ao FDS.

## OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

## 8.1 Informações relevantes no desempenho da gestão no exercício

## 8.1.1 Indicadores Institucionais

## 8.1.1.1 Indicador de desempenho das operações contratadas sobre o orçamento – IOCO

O IOCO mede o percentual de recursos contratados em operações de crédito no Programa em relação ao orçamento aprovado pelo CCFDS para o exercício em vigor.

<b>Medição:</b>	resultado da divisão entre o valor das operações de crédito contratadas no exercício sobre o valor orçado para o exercício, por programa.
<b>Descrição:</b>	acompanhamento das operações de crédito contratadas em relação ao orçamento do exercício por programa.
<b>Objetivo:</b>	acompanhar a aplicação dos recursos do FDS em habitação de interesse social por programa.
<b>Dimensão:</b>	efetividade . valor
<b>Periodicidade:</b>	anual
<b>Resultado:</b>	quanto maior melhor

$$\text{IOCO}_{2013} = \frac{\text{OCC}}{\text{VOA}}$$

Onde:

<b>IOCO =</b>	indicador de desempenho da contratação do Programa sobre o orçamento
<b>OCC =</b>	valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício
<b>VOA =</b>	Valor orçado anual para a contratação de operações de crédito no Programa

No âmbito do PCS não foram alocados recursos no exercício e, assim, também não foram realizadas novas contratações.

No âmbito do PMCMV-E o resultado do indicador demonstra que foi utilizado 34% do orçamento disponibilizado para 2013, resultado superior aos 21,40% registrados em 2012:

$$\text{IOCO}_{2013} = \frac{371.579.145,83}{1.100.000.000,00} = 34\%$$

Dentro do valor das operações de crédito contratadas no Programa no exercício, está incluída a modalidade de contratação direta com a EO, que utilizou R\$ 214.249.343,12 do valor orçado anual para o Programa.

## 8.1.1.2 Indicador de Inadimplência – INAD

<b>Medição:</b>	resultado da divisão entre o número de contratos ativos e os contratos com inadimplência acima de 60 dias.
<b>Descrição:</b>	acompanhamento da inadimplências nos Programas PCS e PMCMV-E.
<b>Objetivo:</b>	acompanhar a performance das ações de cobrança.
<b>Dimensão:</b>	eficácia . valor
<b>Periodicidade:</b>	anual
<b>Resultado:</b>	quanto menor melhor.

**Onde:**

<b>INAD</b> $2013 =$	indicador de inadimplência nos programas com recursos do FDS.
<b>QCIN</b> =	quantidade de contratos com inadimplência acima de 60 dias com recursos do FDS no exercício.
<b>QCAT</b> =	quantidade de contratos ativos com recursos do FDS no exercício.

#### 8.1.1.3.1 Indicador de Inadimplência PCS

$$INAD_{2013} = \frac{3.807}{20.321} = 18,73\%$$

Em 2013 o INAD referente às operações construídas é de 18,73%, inferior ao percentual aferido antes da cessão de crédito ao FDS.

#### 8.1.1.3.2 Indicador de Inadimplência PMCMV-E

$$INAD_{2013} = \frac{551}{13.245} = 4,16\%$$

Houve um aumento em relação ao INAD de 2012, que foi de 3,08%, devido ao aumento das operações contratadas e o término do prazo de carências de alguns contratos.

#### 8.1.1.4 Indicador de Rentabilidade das Cotas do Fundo – IRCF

Os recursos do FDS são aplicados na proporção de 50%, no mínimo, e 90%, no máximo, em financiamentos dos projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários e 10% em reserva de liquidez, sendo 5% desses recursos em títulos públicos e 5% em títulos de emissão da CAIXA.

O Indicador mede a rentabilidade da carteira do FDS.

Medição:	resultado da divisão entre o valor da cota no final do período e o valor da cota no início do período.
Descrição:	acompanhamento da rentabilidade da carteira do FDS.
Objetivo:	medir a rentabilidade da disponibilidade da carteira do FDS.
Dimensão:	valor . financeira
Periodicidade:	Anual
Resultado:	> zero é melhor

$$IRCF_{2013} = \frac{VCPf}{VCPi}$$

$$IRCF_{2013} = \frac{R\$ 0,061874}{R\$ 0,061094}$$

$$IRCF_{2013} = 1,013\%$$

Onde:

IRCF	Indicador de rentabilidade da carteira do FDS.
VCPf	Valor da cota do Patrimônio Líquido no final do período
VCPi	Valor da cota do Patrimônio Líquido no início do período.

## 8.2 Atuação da CAIXA nas ações judiciais

Consoante os controles da Unidade Jurídica da CAIXA, registre-se que há duas ações judiciais vinculadas ao FDS, porém sem necessidade de aprovisionamento no balanço do FDS, por se tratar de questões afetas ao agente financeiro ou à construtora:

**Processo nº 2010.38.15.000023-1** (atual nº 0000041-51.2010.4.01.3815): tem como parte autora o Sr. Elton Magela Campos e como ré a CAIXA. Trata-se de ação para produção de provas sobre a construção, na qual deve ser verificado se houve vício construtivo.

**Processo nº 2008.72.08.003568-6** (0003568-04.2008.404.7208): tem como parte autora a Sr<sup>a</sup>. Dalva Maria Souza e como rés a CAIXA e a Associação Catarinense dos Sem Moradia. Trata-se de ação para produção de provas sobre a construção, na qual deve ser verificado se houve vício construtivo.

**RESULTADOS****9.1 Resultados e conclusões**

Desde a criação do PCS e PMCMV-E foi financiado a construção de 55.632 unidades habitacionais pelo montante de R\$ 1.297.666.017,68, gerando 132.787 empregos e beneficiando uma população de 224.752 pessoas. Até 31.12.2013 foi desembolsado para execução das obras o valor de R\$ 906.243.825,16.

No âmbito do PMCMV-E, para 2014, foi estabelecido o valor de R\$ 1.168.144.012,13 considerando o valor médio da unidade habitacional de R\$ 55.000,00, alocados em conformidade com o déficit habitacional por região do País.

O FDS encerrou o exercício de 2013 com um Patrimônio Líquido de R\$ 1.111.045 mil, Ativos totais de R\$ 1.477.997 mil e um resultado negativo do exercício de R\$ 44.097 mil, influenciado diretamente pela provisão de créditos inadimplentes.

A evolução da carteira do FDS continuou refletindo o ritmo de crescimento continuado dos financiamentos habitacionais no âmbito do PMCMV, considerando que as 29.534 UH contratadas em 2013 representam 86% do total de UH contratadas no Programa desde a sua criação, em 2009.

No exercício em referência, primou-se pelo acompanhamento das ações desenvolvidas dentre as quais se destacam o treinamento de empregados para melhor desempenho das atividades executadas nos Programas, e pelo acompanhamento mensal dos relatórios operacionais, contábeis e financeiros, com pontual atendimento a todas as demandas de auditoria interna e independente, bem como de órgãos públicos externos, com vistas a manter a conformidade operacional do Fundo.

Em 2014 serão aperfeiçoados os sistemas de controle e acompanhamento de modo a propiciar sustentabilidade operacional para reduzir o percentual de obras atrasadas, evitando assim que venham a sofrer descontinuidade e inadimplência, zelando pelos recursos destinados aos Programas, para que se cumpra o principal objetivo do FDS, que é o de atender a população de baixa renda na aquisição de sua moradia.

**FÁBIO FERREIRA CLETO**  
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

**JORGE FONTES HEREDA**  
Presidente

**CAPÍTULO X - ANEXOS****ANEXOS****10.1 Anexo I - Avaliação do sistema de controles internos do FDS**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

## 10.2 Anexo II - Distribuição de Cotas por Instituição

Valores em R\$

Distribuição de Cotas por Instituição Financeira		
Instituição Financeira	Quantidade de Cotas	Valor
Banco do Estado do Ceará S.A	144.578.102,07	8.945.770,06
Banco Agrimisa S.A	8.740.049,73	540.790,57
Banco America do Sul S.A	225.933.662,58	13.979.645,37
Banco BMC de Investimento S.A	25.608.828,75	1.584.546,27
Banco Boa Vista S.A	137.033.050,00	8.478.919,96
Banco Crefisul S.A	15.819.219,80	978.814,22
Banco de Tókio S.A	22.217.402,79	1.374.701,79
Banco Dibens S.A	5.809.426,28	359.458,25
Banco do Estado da Bahia S.A	65.194.922,31	4.033.935,81
Banco do Estado de Minas Gerais	1.127.249.478,00	69.748.561,45
Banco do Estado de Santa Catarina S.A	83.022.570,02	5.137.021,51
Banco do Estado de Rondônia S.A	6.543.116,87	404.855,35
Banco do Estado do Amazonas S.A	5.820.381,15	360.136,08
Banco do Estado do Pará S.A	118.228.873,35	7.315.411,53
Banco do Nordeste do Brasil S.A	94.225.468,25	5.830.200,84
Banco Excel Econômico S.A	2.358.866,19	145.954,84
Banco Fiat S.A	3.459.090,80	214.031,24
Banco Fibra S.A	102.280,73	6.328,62
Banco Financeiro e Industrial	179.591.703,54	11.112.236,65
Banco Financial Português	4.051.721,33	250.700,25
Banco Frances e Brasileiro	169.811.625,65	10.507.094,33
Banco Garavelo S.A	9.306.665,00	575.849,89
Banco Geral do Comercio	85.995.073,96	5.320.945,20
Banco Hércules S.A	1.891.289,38	117.023,53
Banco Indusval S.A	2.462.855,30	152.389,17
Banco Mercantil de SCO Paulo S.A	886.480.465,00	54.850.978,77
Banco Noroeste S.A	54.385.046,26	3.365.074,73
Banco Panamericano S.A	4.742.490,00	293.441,56
Banco Porto Real S.A	1.271.414,70	78.668,78
Banco Crédito Nacional S.A - BCN	281.052.827,60	17.390.143,70
Banco Mercantil S.A	12.572.644,64	777.932,38
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A	5.578.969,48	345.198,73
BANESTES S.A Banco do Estado do ES	353.620.571,00	21.880.272,83
BBC Adm. Partic S.A - Em Liq. Ordinária	11.470.784,57	709.754,79
Banco ABN Amro S.A-Incop Banco Real Comercial	466.711.534,03	28.877.776,16
Banco Mercantil do Brasil S.A	82.386.422,52	5.097.659,89
Banco Santander S.A Inc Banco ABN Amro Real	28.521.856,69	1.764.789,88
Banco Schahin Cury S.A	8.540.923,00	528.469,61
Banco Universal S.A	152.046,00	9.407,84

Distribuição de Cotas por Instituição Financeira		
Instituição Financeira	Quantidade de Cotas	Valor
BMD S.A CCVM Em Liq. Ordinária	12.114.686,93	749.596,25
Banco Bozano Simonsen S.A	75.126.142,00	4.648.430,03
Banco Cidade S.A	91.177.920,03	5.641.633,80
Banco Multiplic S.A	175.644.028,10	10.867.974,23
Banco Boreal S.A	3.054.106,09	188.972,81
Caixa Econômica Estadual do RS	45.297.541,46	2.802.785,37
Banco Bandeirantes S.A	84.024.491,29	5.199.015,39
BRASBANCO S.A Banco Comercial	861.985,98	53.335,38
Citibank N.A Filial Brasileira	347.802.054,90	21.520.252,14
Deuteche Bank S.A - Banco Alemão	8.704.258,32	538.575,98
Lavra DTVM S.A	14.000.000,00	866.250,00
LLOYDS TSB BAND PLC	67.330.134,82	4.166.052,09
Magliano S.A CCVM	1.868.186,70	115.594,05
Mil Banco S.A	1.647.630,84	101.947,15
Paraná Banco S.A	2.445.299,79	151.302,92
The First National Bank of Boston	117.376.688,83	7.262.682,62
Itaú Unibanco S.A	2.200.536.000,00	136.158.165,00
BB Gestão De Recursos - DTVM S.A	2.113.542.890,99	130.775.466,38
Banco Bamerindus do Brasil S.A - Em Liquidação	2.271.202.513,22	140.530.655,50
Caixa Econômica Federal	1.161.108.937,33	71.843.615,49
<b>Total</b>	<b>13.537.409.216,94</b>	<b>837.627.195,01</b>

Fonte: CETIP

Posição: 31.12.2013

**CAPÍTULO X - ANEXOS****ANEXOS****10.1 Anexo I - Avaliação do sistema de controles internos do FDS**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR N° 6707/2014 #CONFIDENCIAL 20**

Dispõe sobre as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), referentes ao exercício de 2013.

O Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal, em reunião realizada em 21 de março de 2014, em atendimento ao Artigo 24, inciso VI, alíneas "c" e "d", do Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, que aprovou o Estatuto da CAIXA, e no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

**Art. 1º Aprovar as Demonstrações Contábeis e declarar-se ciente da Execução Orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), referentes ao exercício de 2013.**

**Art. 2º Apresentar a matéria para:**

I - deliberação do Conselho de Administração, conforme dispõe o Artigo 18, inciso X, alínea "f" do Estatuto da CAIXA;

II - análise do Conselho Fiscal, conforme dispõe o Artigo 50, inciso III do Estatuto da CAIXA.

**Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.**

Brasília, 21 de março de 2014.

  
RUTE PORTUGAL DOS SANTOS  
Secretaria Geral - SEGER  
Assinatura por delegação de competência nos  
termos da Portaria nº 005/2013 - PRESI

Ao  
CONSELHO DIRETOR

Ementa: Submete à apreciação os Balancetes de outubro, novembro e dezembro e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2013 e apresenta a Execução Orçamentária para conhecimento.

Senhor Presidente,  
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso VI, alíneas “c” e “d” do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação deste Conselho, com voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação e posterior encaminhamento para os fins previstos no art. 18, inciso X, alínea “f”, e art. 50 daquele instrumento legal, os Balancetes de outubro, novembro e dezembro e as Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, referentes ao exercício de 2013 e a Execução Orçamentária para conhecimento.
- 2 O FDS foi criado pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.
- 2.1 A Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, conferiu nova disciplina ao Programa Crédito Solidário, voltando-o ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.
- 2.2 A Resolução CCFDS nº194, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, definidos no art.2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

- 2.2.1 O PMCMV – Entidades tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.
- 3 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi negativo em R\$ 44.097 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas adiante:

Demonstrações de Resultados	Orçado 2013 (A)	Realizado 2013 (B)	Realizado 2012 (B) ⇒ (A)	△ %
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>104.788</b>	<b>107.813</b>	<b>142.620</b>	<b>102,89</b>
Operações de Crédito	902	486	822	53,88
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	82.931	64.695	75.323	78,01
Outras Receitas Operacionais	20.955	42.632	66.475	203,45
Receitas com subvenção PMCMV	20.955	41.827	48.132	199,60
Outras receitas operacionais	-	805	18.343	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(81.252)</b>	<b>(151.910)</b>	<b>(63.804)</b>	<b>186,96</b>
Despesas de obrigações p/ empréstimo	(6)	-	-	-
Comissões e Tarifas	(57.844)	(34.452)	(21.898)	59,56
Tx de Administração - CAIXA	(24.900)	(25.095)	(11.114)	100,78
Tx Administração PCS - Ag Financeiro	-	(614)	(3.884)	-
Taxa de Equilíbrio - FDS Prog Crédito Solidário	-	-	(2.020)	-
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(32.944)	(8.744)	(4.880)	26,54
Despesas Administrativas	(22.000)	(41)	(4)	0,19
Despesas Prov p/ Cred Liquid Duvidosa	-	(84.935)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(23.408)	(32.475)	(41.902)	138,73
Despesas com subsídio PMCMV	(23.408)	(30.683)	(36.635)	131,08
Outras despesas operacionais	-	(1.792)	(5.267)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>23.536</b>	<b>(44.097)</b>	<b>78.816</b>	<b>(187,36)</b>

Fonte : Balancete FDS

- 3.1 As receitas operacionais realizaram R\$ 107.813 mil, totalizando R\$ 3.025 mil acima do valor previsto para o período.
- 3.1.1 Esse resultado decorre do desempenho das receitas com subvenção do PMCMV que superaram a expectativa em R\$ 20.877 mil em decorrência do aumento dos contratos em fase de retorno do PMCMV-Entidades, quando finda a carência e inicia a etapa de amortização dos imóveis financiados.
- 3.1.1.1 Em contrapartida, as receitas de aplicação interfinanceira de liquidez/TVM, obtiveram queda de R\$ 18.236 mil pela frustração no valor orçado para aporte da União.
- 3.2 As despesas operacionais apresentaram realização de R\$ 151.910 mil, superior ao orçado em 86,96%, com destaque para os seguintes itens:
- 3.2.1 Registro de R\$ 24.200 mil, inferior à expectativa, no item taxa de administração PMCMV – agente financeiro em razão da contratação de unidades habitacionais prevista pelo Ministério das Cidades não ter sido concretizada.
- 3.2.2 As despesas administrativas, vinculadas às custas com emolumentos judiciais e cartorários, impactadas pela não concretização dos contratos habitacionais, frustraram o valor orçado em R\$ 21.959 mil.
- 3.2.3 Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 84.935 mil, para fazer face às perdas prováveis na realização de crédito do Novo Programa de Crédito Solidário e do PMCMV- E.
- 3.2.3.1 Tal constituição considerou para o PMCMV-E o montante de R\$ 43.167 mil, com base em percentual de perda de 9,8% sobre o saldo da carteira de R\$ 440.484 mil e, para o

NPCS, R\$ 41.768 mil, conforme as condições estabelecidas pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

4 O Fundo registrou ativo total de R\$ 1.477.997 mil, 54,92% do valor previsto.

Balanço Patrimonial	Orçado	Realizado	Realizado	△ % (B) ⇌ (A)
	2013 (A)	2013 (B)	2012	
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL</b>	<b>2.691.185</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>54,92</b>
Depósitos Bancários	931.233	331.573	446.374	35,61
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	762.215	454.425	428.994	59,62
Operações de Crédito	982.588	679.684	603.945	69,17
Outros Créditos	5.528	2.694	2.500	48,73
Outros Valores e Bens	9.621	9.621	10.234	100,00
<b>PASSIVO</b>				
Credores Diversos	1.455.685	366.952	336.905	25,21
Patrimônio Líquido	1.235.500	1.111.045	1.155.142	89,93
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.691.185</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>54,92</b>

Obs.: O valor da Reserva de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.

- 4.1 A não efetivação de repasse pela União do montante previsto da ordem de R\$ 1.168.144 mil, provocou desempenho de 45,08% abaixo do orçado para o período, no circulante realizável.
- 4.1.1 Os itens de depósitos bancários, aplicação intefinanceira de liquidez/TVM e operações de crédito, juntos, totalizaram R\$ 1.210.354 mil inferior ao estimado, afetados por essa não concretização do valor de aporte previsto para o exercício.
- 4.2 No passivo, o item Credores Diversos realizou 25,21% do esperado, em razão da não realização do repasse, conforme comentário do item 4.1.
- 5 Apresentamos as contratações e os desembolsos relativos ao FDS/PCS e PHP-MCMV:

FDS/PCS	abr/2004 a dez/2012 realizado		Orçado 2013		Realizado 2013		abr/2004 a dez/2013 realizado		△ % (B) ⇌ (A)	
	Quantidade Unidade	Valor	Valor (A)	Quantidade Unidade	Valor (B)	Quantidade Unidade	Valor			
Contratações PCS	338	436.013	14.962	0	(3.093)	338	432.920	(20,67)		
Desembolsos PCS	0	377.391	8.567	0	4.996	0	382.387	58,32		
Contratações PMCMV	156	493.558	1.100.000	78	371.187	234	864.745	33,74		
Desembolsos PMCMV	0	318.304	144.633	0	205.553	0	523.857	142,12		

Obs.: Quantidade de Unidade é igual a Empreendimentos.

Obs.: O valor negativo de R\$ 3.316 mil em contratações PCS é relativo ao ajuste de valores de empreendimentos no SIAPF, acontecido em junho/2013

Fonte: GN de Fundos Garantidores e Sociais

6

Anexos:

Anexo I - CI GN Contabilidade de Terceiros 014/14;  
Anexo II – Demonstrações Contábeis – exercício 2013;  
Anexo III – Parecer dos Auditores Independentes;  
Anexo IV – Relatório de Auditoria Interna.

MARCOS BRASILIANO ROSA  
Superintendente Nacional  
SN Contabilidade e Tributos

MARINA LIMA CABRAL  
Superintendente Nacional  
SN Monitoramento e Avaliação de Resultados

PAULO HENRIQUE BEZERRA R. COSTA  
Diretor Executivo  
DE Controladoria

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
Vice-Presidente  
VP Finanças e Controladoria

À

SN Contabilidade e Tributos

C/Cópia à GN Administração de Fundos Garantidores e Sociais

Assunto: Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS –Exercício de 2013

Senhor Superintendente

- 1 Encaminhamos a V.S<sup>a</sup>., em anexo, as Demonstrações Contábeis do FDS, referentes ao exercício de 2013 para apreciação, e a seguir os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado, para apreciação, e posterior envio ao Conselho Diretor, nos termos do disposto no art. 24, inciso VI, alínea “c” do Estatuto da CAIXA.
- 1.1 Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado e, em anexo, os documentos a seguir relacionados:
  - . Balancetes de OUT a DEZ/13;
  - . Balanço Patrimonial;
  - . Demonstração do Resultado do Exercício;
  - . Demonstrações da Evolução do Patrimônio Líquido;
  - . Notas Explicativas;
  - . Relatório dos Auditores Independentes;
  - . Relatório de Auditoria Interna.

- 2 Neste exercício de 2013, o FDS demonstrou Ativo no valor de R\$ 1.477.997 mil, conforme relacionado abaixo:

ATIVO	Exerc./2013	Exerc./2012	Variação	R\$ milhares Variação%
<b>CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>(14.050)</b>	<b>(0,94)</b>
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	331.573	446.374	(114.801)	(25,72)
Depósitos Remunerados na CAIXA	310.806	305.543	5.263	1,72
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV(1)	11.469	133.821	(122.352)	(91,43)
Dep. Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-DFI(2)	8.419	6.103	2.316	37,95
Dep.Rem. na CAIXA-FDS/PMCMV-RETORNO	879	907	(28)	(3,09)
APLIC INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	412.194	380.818	31.376	8,24
Notas do Tesouro Nacional	412.194	380.818	31.376	8,24
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	42.231	48.176	(5.945)	(12,34)
Certificados de Depósito Bancário	42.231	48.176	(5.945)	(12,34)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	679.684	603.945	75.739	12,54
Financiamentos Habitacionais - FDS(3)	8.408	12.092	(3.684)	(30,47)
Financiamentos Habitacionais - PCS(4)	2.347	2.270	77	3,39
Financiamentos Habitacionais - Novo PCS(5)	313.063	321.299	(8.236)	(2,56)
Financiamentos Habitacionais - PMCMV	440.801	268.284	172.517	64,30
Provisão p/Créd. Liquidação Duvidosa (-)	(84.935)	-	(84.935)	-
OUTROS CRÉDITOS	2.694	2.500	194	7,76
Remuneração a Receber	2.690	2.500	190	7,60
Valores a Receber - PMCMV	4	0	4	-
OUTROS VALORES E BENS	9.621	10.234	(613)	(5,99)
Despesas Antecipadas c/ Novo PCS - Tx Adm	9.621	10.234	(613)	(5,99)
<b>TOTAIS</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>(14.050)</b>	<b>(0,94)</b>

(1) PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

(2) DFI – Danos Físicos no Imóvel

(3) FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

(4) PCS – Programa Crédito Solidário

(5) Novo PCS – Novo Programa Crédito Solidário

- 2.1 A redução de 25,72% em relação ao exercício de 2012, no valor de R\$ 114.801 mil, em Depósitos Bancários, está demonstrada no item 10 desta CI.

- 2.1.1 Observa-se que o item que mais contribuiu para a redução dos Depósitos Bancários foi Depósitos Remunerados na CAIXA – FDS/PMCMV em razão do maior volume de contratações de Operações de Crédito ocorridos no exercício de 2013 quando comparado com 2012.

- 2.2 A variação positiva de R\$ 31.376 mil, equivalente a 8,24%, em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, decorreu da seguinte movimentação:

EVENTO	ENTRADA	SAÍDA	R\$ milhares VARIAÇÃO
Compra com Revenda	87.190.586		87.190.586
Revenda		(87.190.237)	(87.190.237)
Efetivação da Renda a Apropriar	31.027		31.027
<b>Totais</b>	<b>87.221.613</b>	<b>(87.190.237)</b>	<b>31.376</b>

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

- 2.3 A Reserva de Liquidez do FDS é composta de 10% em títulos<sup>6</sup>, sendo 50% em Títulos Públicos e 50% em Títulos de Emissão da CAIXA, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ milhares	Exerc./2013	Exerc./2012
Títulos Públicos Federais	22.721	21.450	21.450
Certificados de Depósito Bancário	22.721	21.450	21.450
<b>Totais</b>	<b>45.443</b>	<b>42.900</b>	

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

- 2.4 A variação negativa de R\$ 5.945 mil, correspondente a 12,34% em Títulos e Valores Mobiliários, decorreu da seguinte movimentação:

EVENTO	ENTRADA	SAÍDA	VARIAÇÃO
Compra Final	185.000	185.000	185.000
Venda Final		(194.620)	(194.620)
Rendimento	3.675		3.675
<b>Totais</b>	<b>188.675</b>	<b>(194.620)</b>	<b>(5.945)</b>

Fonte – SISFIN – Sistema de Controle Financeiro

- 2.5 A variação positiva de R\$ 75.739 mil, equivalente a 12,54%, em Operações de Crédito, decorreu de novas liberações de parcelas de empréstimos, das amortizações dos projetos habitacionais e das atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ milhares	Exerc./2013	Exerc./2012
<b>FDS</b>	<b>(3.684)</b>	<b>(3.620)</b>	
Amortização/Juros	(3.732)	(3.729)	
Atualização Monetária/juros	48	109	
<b>PCS</b>	<b>77</b>	<b>(173.958)</b>	
Empréstimo	-	8.048	
Amortização	81	(4.885)	
Atualização Monetária	8	492	
Migração	-	(166.639)	
Retorno Fundo Garantidor	-	(10.986)	
Saldo Credor	(12)	12	
<b>NOVO PCS</b>	<b>(50.004)</b>	<b>171.510</b>	
Empréstimo	4.996	7.850	
Atualização Monetária/Mora	432	196	
Amortização	(13.014)	(2.991)	
Migração	-	166.639	
Bônus Concedido/Cancelado	(539)	(171)	
Seguro	(111)	(13)	
Prov.p/Cred. Dev. Duvidosos	(41.768)	-	
<b>PMCMV</b>	<b>129.350</b>	<b>102.608</b>	
Amortização	(1.832)	(814)	
<b>MIP</b>	<b>(30)</b>	<b>-</b>	
Atualização Monetária/Mora	76	25	
Empréstimo	205.075	140.076	
Bônus Concedido/Cancelado	(90)	(44)	
Subsídio Concedido	(30.682)	(36.635)	
Prov.p/Cred. Dev. Duvidosos	(43.167)	-	
<b>Totais</b>	<b>75.739</b>	<b>96.540</b>	

Fonte – SIAPF – Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento

Fonte - GEFUS- GN Adm. Fundos Garantidores e Sociais

<sup>6</sup> Base de Cálculo - somatório das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

2.6 Em Outros Créditos o aumento de 7,76% refere-se às movimentações:

- Incorporação da previsão de remuneração das disponibilidades do FDS, no montante de R\$ 1.641 mil;
- Incorporação da previsão de remuneração das disponibilidades do PMCMV, no valor de R\$ 859 mil;
- Previsões de remuneração das disponibilidades do FDS e das disponibilidades do PMCMV, referentes ao exercício de 2013, nos montantes de R\$ 2.506 mil e R\$ 184 mil, respectivamente;
- Valores a Receber no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida no valor de R\$ 4 mil.

3 O Passivo e o Patrimônio Líquido totalizaram neste exercício o valor de R\$ 1.477.997 mil, conforme abaixo relacionado:

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ milhares			
	Exerc./2013	Exerc./2012	Variação	Variação%
<b>PASSIVO</b>	<b>366.952</b>	<b>336.905</b>	<b>30.255</b>	<b>8,92</b>
DEPÓSITOS A VISTA	-	12	(12)	(100,00)
Saldos Cred. Habitação, Saneam. e Des. Urbano	-	12	(12)	(100,00)
PASSIVOS ATUARIAIS	221	-	221	-
Seguro MIP - NPCS	115	-	115	-
Seguro MIP - PMCMV	106	-	106	-
CREDORES DIVERSOS	366.731	336.893	30.267	8,86
Seguro MIP	-	374	(374)	(100,00)
Seguro MIP - PMCMV	-	55	(55)	(100,00)
Taxes e Tarifas a Repassar	2.143	2.071	72	3,48
Outros Credores	-	1	(1)	(100,00)
Indenização de Sinistros DFI	6	-	6	-
Dotação União - PMCMV	358.088	333.415	24.673	7,40
Taxes Admin a Pagar Ag. Financ- PMCMV	6.494	977	5.517	564,69
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.111.045</b>	<b>1.155.142</b>	<b>(44.097)</b>	<b>(3,82)</b>
CAPITAL SOCIAL	1.111.045	1.155.142	(44.097)	(3,82)
Pessoa Jurídica	4.923	4.923	-	-
Crédito Solidário	147.608	147.608	-	-
Fundo Conta Geral	958.514	1.002.611	(44.097)	(4,40)
<b>TOTAIS</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>(14.050)</b>	<b>(0,94)</b>

3.1 Em Credores Diversos ocorreu um crescimento de 8,86% em relação ao exercício anterior, em função do repasse de subvenção econômica pela União no valor de R\$ 66.500 mil, bem como da realização dessas subvenções em R\$ 41.827 mil e ainda, do incremento de 564,69% na Provisão da Taxa de Administração a Pagar ao Agente Financeiro CAIXA - PMCMV, por motivo de crescimento das contratações junto ao Programa Minha Casa Minha Vida, verificado neste exercício.

3.1.1 Neste exercício foi constituída a provisão para fazer frente às despesas com MIP e DFI no montante de R\$ 221 mil com base em Nota Técnica nº 001/2014 elaborada pelo Gestor Operacional do FDS.

3.2 O Patrimônio Líquido apresentou variação negativa de R\$ 44.097 mil quando comparado com o exercício anterior, em razão do resultado negativo no exercício de 2013, adiante comentado.

- 4 O FDS apurou no exercício de 2013 resultado negativo de R\$ 44.097 mil, com uma variação negativa de 155,95%, no valor de R\$ 122.913 mil em relação ao exercício de 2012, conforme apresentamos a seguir:

	R\$ milhares			
	Exerc./2013	Exerc./2012	Variação	Variação%
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>107.813</b>	<b>142.620</b>	<b>(34.807)</b>	<b>(24,41)</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	486	822	(336)	(40,88)
Rendas de Financ. Imobiliários	486	822	(336)	(40,88)
APLIC INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	61.021	71.744	(10.723)	(14,95)
Rdas de Aplic Interfinanc. de Liquidez	61.021	71.744	(10.723)	(14,95)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.674	3.579	95	2,65
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.674	3.579	95	2,65
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	42.632	66.475	(23.843)	(35,87)
Reversão de Provisões Operacionais	428	1.378	(950)	(68,94)
Receita de Subvenção	41.827	48.132	(6.305)	(13,10)
Receitas Eventuais	19	16.913	(16.894)	(99,89)
Juros de Mora	190	52	138	265,38
Atualiz. s/ Contratos Cancelados	168	0	168	0
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>151.910</b>	<b>63.804</b>	<b>88.106</b>	<b>138,09</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	41	4	37	925,00
OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	41	4	37	925,00
COMISSÕES E TARIFAS	34.453	21.898	12.555	57,33
Tx de Administração-CAIXA	25.095	11.114	13.981	125,80
Tx Administração-PCS Ag. Financ.	614	3.884	(3.270)	(84,19)
Tx Administração-PMCMV Ag. Financ.	8.744	4.880	3.864	79,18
Tx de Equilíbrio-PCS Ag. Financ.	-	2.020	(2.020)	(100,00)
DESPESAS COM SUBSÍDIOS - PMCMV	30.683	36.635	(5.952)	(16,25)
DESPESAS CESSÃO DE CRÉDITO - PCS/NPCS	0	3.066	(3.066)	(100,00)
DESPESAS PROV.P/CRED.LIQUID.DUVIDOSA	84.935	0	84.935	0
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.798	2.201	(403)	(18,31)
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>(44.097)</b>	<b>78.816</b>	<b>(122.913)</b>	<b>(155,95)</b>

- 4.1 As receitas operacionais foram no montante de R\$ 107.813 mil com redução de R\$ 34.807 mil, quando comparado ao ano anterior, decorrente, basicamente dos seguintes itens:
- 4.1.1 As Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tiveram uma redução de R\$ 10.723 mil no exercício de 2013 quando comparado com 2012, pois ocorreram mais liberações de recursos do disponível do FDS com relação ao PMCMV.
- 4.1.2 As Receitas com Subvenção apresentaram decréscimo de R\$ 6.305 mil, em relação ao exercício de 2012, por motivo da redução dos contratos que saíram da fase de carência e entraram na fase de amortização no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 4.1.3 A redução nas Receitas Eventuais no exercício de 2013 foi decorrente da realização de cessão de crédito do PCS para o NPCS no exercício de 2012, evento que não ocorreu em 2013.
- 4.2 As despesas operacionais incorridas apresentaram uma alta de 138,09% em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente da constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face às perdas prováveis na realização das operações de crédito do NPCS no valor de R\$ 41.768 mil, conforme critérios estabelecidos na Res. nº

2682/99 e do PMCMV em R\$ 43.167 mil, com base no percentual de 9,8% de perda esperada para a carteira desse Programa.

- 4.2.1 As Despesas com Subsídio apresentaram variação negativa de R\$ 5.952 mil em relação ao exercício anterior, por motivo da redução dos contratos que saíram da fase de carência e entraram na fase de amortização no âmbito da PMCMV.
- 4.2.2 O crescimento de 125,80% na Taxa de Administração – CAIXA, no exercício de 2013, quando comparado com o exercício anterior foi decorrente da mudança de metodologia de cálculo da referida taxa, conforme disposto na Resolução do CCFDS nº 191/12, de 29 de outubro de 2012, passando a ser calculada aplicando-se um percentual sobre o total de Ativos.
- 4.2.3 Com relação à taxa de administração do Agente Financeiro do PMCMV, o crescimento de R\$ 3.864 mil deve-se ao aumento do volume de contratação de operações de crédito neste exercício de 2013 quando comparado ao exercício de 2012.

- 5 As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

	Exerc./2013	Exerc./2012	Variação	R\$ milhares
				Variação%
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO - ATIVA/PASSIVA</b>	<b>746.046</b>	<b>282.053</b>	<b>463.993</b>	<b>164,51</b>
Títulos para Negociação	42.231	48.177	(5.946)	(12,34)
Valores Contratados a Liberar	50.533	58.622	(8.089)	(13,80)
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	340.889	175.254	165.635	94,51
Classificação da Carteira de Crédito	312.393	0	312.393	-
Op.de Créd.- Nível A	242.838	0	242.838	-
Op.de Créd.- Nível B	7.655	0	7.655	-
Op.de Créd.- Nível C	11.229	0	11.229	-
Op.de Créd.- Nível D	5.793	0	5.793	-
Op.de Créd.- Nível E	4.376	0	4.376	-
Op.de Créd.- Nível F	2.745	0	2.745	-
Op.de Créd.- Nível G	2.940	0	2.940	-
Op.de Créd.- Nível H	34.817	0	34.817	-

- 5.1 A alta de 164,51%, nas contas de compensação, foi decorrente do crescimento dos valores contratados a liberar pelo Fundo no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, bem como da classificação da Carteira de Crédito do NPCS conforme critérios estabelecidos na Res. nº 2682/99 do Conselho Monetário Nacional.

- 6 Segue, abaixo, relação de alguns indicadores do FDS:

INDICADOR	COMPOSIÇÃO	Exerc./2013	Exerc./2012
Retorno Líquido	Lucro Líquido/Receita Total	(0,41)	0,55
Remuneração dos Ativos	Receita total/Ativo Total	0,07	0,10
Relação Cap.Terc. s/ Cap.Próprio	Circulante e Exigível/PL Ajust.	0,33	0,29

- 7 Apresentamos, abaixo, o comportamento do patrimônio líquido e das operações de crédito dos últimos doze meses:

- 7.1 Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Período	Patrimônio	Aporte da	Resgate	Patrimônio	Resultado	Patrimônio	PL do
	Líquido			Atual		Líquido	Exercício
	Anterior			de cotas		Atual	Anterior
dez/12	1.076.326		0	0	1.076.326	78.816	1.155.142
jan/13	1.155.142		0	0	1.155.142	3.233	1.158.375
fev/13	1.155.142		0	0	1.155.142	6.873	1.162.015
mar/13	1.155.142		0	0	1.155.142	9.209	1.164.351
abr/13	1.155.142		0	0	1.155.142	12.360	1.167.502
mai/13	1.155.142		0	0	1.155.142	14.884	1.170.026
jun/13	1.155.142		0	0	1.155.142	17.026	1.172.168
jul/13	1.155.142		0	0	1.155.142	20.596	1.175.738
ago/13	1.155.142		0	0	1.155.142	23.544	1.178.686
set/13	1.155.142		0	0	1.155.142	27.066	1.182.208
out/13	1.155.142		0	0	1.155.142	31.059	1.186.201
nov/13	1.155.142		0	0	1.155.142	35.676	1.190.818
dez/13	1.155.142		0	0	1.155.142	(44.097)	1.111.045

## 7.2 Operações de Crédito

Período	Saldo	R\$ milhares												
		Anterior	Atualiz.	Monet./Mora/	Desembolso	MIP	Amortização	Bônus	Subsídio	Seguro	Saldo	P.C.L.D.	Saldo Atual	Exercício
				Juros							Credor			Anterior
jan/13	603.945	10	13.612	0	(1.101)	(47)	(749)	(26)	(12)	0	0	615.632	512.713	
fev/13	615.632	9	13.396	0	(1.189)	(41)	(6.967)	0	0	0	0	620.840	518.513	
mar/13	620.840	11	21.051	0	(1.169)	(38)	(2.221)	0	0	0	0	638.474	522.400	
abr/13	638.474	7	14.928	0	(3.367)	(51)	(4.064)	0	0	0	0	645.927	524.715	
mai/13	645.927	15	16.900	0	(1.804)	(50)	(81)	0	0	0	0	660.907	532.176	
jun/13	660.907	12	15.065	0	(1.384)	(56)	0	(38)	0	0	0	674.506	550.163	
jul/13	674.506	64	17.483	0	(1.547)	(58)	(701)	0	0	0	0	689.747	560.595	
ago/13	689.747	14	20.623	(5)	(1.370)	(56)	(1.282)	(42)	0	0	0	707.629	571.327	
set/13	707.629	22	19.539	0	(1.299)	(63)	(1.265)	(2)	0	0	0	724.561	573.644	
out/13	724.561	215	22.114	0	(1.405)	(55)	0	(3)	0	0	0	745.427	574.607	
nov/13	745.427	60	16.612	(25)	(1.376)	(55)	(1.236)	0	0	0	0	759.407	584.685	
dez/13	759.407	123	18.750	0	(1.486)	(59)	(12.116)	0	0	(84.935)	0	679.684	603.945	
	603.945	562	210.073	(30)	(18.497)	(629)	(30.682)	(111)	(12)	(84.935)	0	679.684		

8 Segue a descrição das principais contas do FDS:

CONTA	DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES	Correspondem aos valores dos Depósitos Remunerados na CAIXA, referentes ao Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida e são remunerados pela taxa SELIC.
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Correspondem às aplicações em operações compromissadas.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	São aplicações em títulos de renda fixa.
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Representam os financiamentos feitos à CAIXA conforme Resoluções do Conselho Curador do FDS, destinados a financiamentos de projetos habitacionais. Em 29/06/2001, os mesmos foram transferidos da CAIXA para EMGEA, conforme contrato celebrado entre as partes. Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Crédito Solidário. Registra os valores a serem recebidos, dos mutuários finais, por meio do sistema SIACI, de financiamentos concedidos com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário, liberados de acordo com o cronograma de desembolso. Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA, referente ao Programa Minha Casa Minha Vida. Registra os valores da Provisão para Crédito de Liquidação Dúvidosa do NPCS e PMCMV.
DESPESAS ANTECIPADAS COM NOVO PCS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Referem-se às taxas de administração, a serem pagas ao agente financeiro, sobre o valor das contratações com recursos do Novo Programa de Crédito Solidário.
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - PAÍS	Referem-se a Valores a Pagar aos agentes financeiros, atualizados mensalmente, devido a estorno de prestações pagas quando da alteração na carência de alguns contratos do PCS e que serão apropriados quando do pagamento das atualizações monetárias dos referidos contratos, durante o prazo de carência.
TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	Referem-se às taxas a serem pagas ao agente financeiro e operador do PCS/PMCMV, na apresentação, pelos agentes, de comprovação de direitos junto ao Fundo.
OUTROS CREDORES	Referem-se a Créditos a Apropriar - CRAPO, instrumento utilizado pelo administrador para manter o equilíbrio do patrimônio e a linearidade das cotas.
DOTAÇÃO UNIÃO - PMCMV	Refere-se às Subvenções Governamentais da União para utilização no Programa Minha Casa Minha Vida.

CONTA	DESCRIÇÃO
PESSOAS JURÍDICAS	Foi constituído por emissão de cotas originadas do patrimônio líquido do extinto Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, no percentual de 3% (três por cento) e permite às instituições financeiras, detentoras dessas cotas, o resgate do Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas, desde que comprovem as exigências para o resgate.
FUNDO CONTA GERAL	Corresponde aos lucros acumulados de exercícios anteriores.
CAPITAL SOCIAL	Está constituído por 3% (três por cento) do patrimônio líquido do ex-Fundo de Aplicação Financeira – FAAF, bem como pelos recursos do Programa Crédito Solidário e do Programa Minha Casa Minha Vida.
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Correspondem às rendas de financiamentos dos projetos habitacionais, atualização monetária e juros.
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	Referem-se às rendas de aplicações em operações compromissadas e disponibilidades do FDS.
RENDAS COM TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	É a rentabilidade dos papéis que compõem a carteira de títulos no exercício.
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes positivos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas, bem como às receitas com subvenção governamental do PMCMV.
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Correspondem aos ajustes negativos de patrimônio registrados transitoriamente, para manter a linearidade das cotas; a taxa de administração do Agente Operador a ser calculada, conforme Resolução CCFDS 191/12, de 29/10/12, apropriada e repassada até o 5º dia útil do mês subsequente à administradora – CAIXA, bem como as taxas de administração e equilíbrio do agente financeiro e taxa de risco do agente operador, referentes ao Programa de Crédito Solidário; despesa com subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida; despesa do agente financeiro CAIXA, referente ao PMCMV, com base na Resolução CCFDS 186/12, de 29/05/12; despesas taxa de formalização de contrato; despesas com DFI e com cessão de crédito do PCS para o Novo PCS; Despesas com a Provisão p/ Crédito de Liquidação Dúvida do NPCS e do PMCMV.
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 09 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 03 de abril de 2008, o Programa de Crédito Solidário foi reformulado, surgindo o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

9 As subcontas do FDS que têm contrapartida com as da CAIXA encontram-se conciliadas e sem diferenças.

10 Segue a movimentação das disponibilidades do FDS:

	Exerc./2013	Exerc./2012	R\$ milhares Variação
<b>ENTRADAS</b>	<b>87.499.942</b>	<b>34.995.786</b>	<b>52.504.156</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	87.190.237	34.733.387	52.456.850
Tít. e Valores Mob.e Instrum . Financ. Derivat.	194.620	180.643	13.977
Operações de Crédito	18.497	12.419	6.078
Devolução de Fundo Garantidor - Op. de Crédito	0	10.986	(10.986)
Mora	101	29	72
Devolução por Cancelamento de Contrato	168	0	168
Rendimentos	29.801	41.410	(11.609)
Devolução de Tx de Risco	0	1.789	(1.789)
Devolução de Tx de Equilíbrio	0	14.619	(14.619)
Devolução de Tx de Administração	0	505	(505)
Devolução Recursos/TR/SELIC	18	0	18
Subvenção da União	66.500	0	66.500
<b>SAÍDAS</b>	<b>(87.614.743)</b>	<b>(35.061.139)</b>	<b>(52.553.604)</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(87.190.586)	(34.697.577)	(52.493.009)
Tít. e Valores Mob.e Instrum . Financ. Derivat.	(185.000)	(183.000)	(2.000)
Taxa de Administração - Ag. Operador	(25.022)	(9.042)	(15.980)
Operações de Crédito	(210.073)	(155.974)	(54.099)
Taxa de Equilíbrio	0	(2.020)	2.020
Taxa de Risco de Crédito	0	(1)	1
Taxa de Administração -Cessão de Crédito	0	(3.219)	3.219
Taxa de Administração - Ag.Financeiro	(3.228)	(5.715)	2.487
Taxa de Formalização de Contrato	(12)	(1.500)	1.488
Despesa na Cessão de Contratos PCS/NPCS	0	(3.066)	3.066
Despesa com Custas e Emolumentos Cartorários	(39)	(4)	(35)
Despesa com Danos Físicos de Imóveis - DFI	(783)	(21)	(762)
<b>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</b>	<b>(114.801)</b>	<b>(65.353)</b>	<b>(49.448)</b>
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>446.374</b>	<b>511.727</b>	<b>(65.353)</b>
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>331.573</b>	<b>446.374</b>	<b>(114.801)</b>

Atenciosamente

KARLA HANDRÉA FARAY MELO  
Gerente Executivo  
GN Contabilidade de Terceiros

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
Gerente Nacional  
GN Contabilidade de Terceiros

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 1  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE	1.477.996.807,40
1.1	-4	DISPONIBILIDADES	331.573.214,09
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS	331.573.214,09
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA	310.805.597,08
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	310.805.597,08
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	310.805.597,08
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA	20.767.617,01
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	20.767.617,01
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	11.469.435,83
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	8.418.770,02
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN.NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	879.411,16
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	412.194.341,60
1.2.1	-0	APLICACOES EN OPERACOES COMPROMISSADAS	412.194.341,60
1.2.1.10	-3	REVENDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA	412.194.341,60
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC	412.194.341,60
1.2.1.10.07.01	-6	NTN-REV A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA	412.194.341,60
1.2.1.10.07.11	-3	NTN-RENDAS A APROPRIAR/-	412.194.341,60
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	42.230.848,44
1.3.1	-7	LIVRES	42.230.848,44
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA	42.230.848,44
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.230.848,44
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.230.848,44
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO	679.683.530,97
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS	764.618.996,21
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	764.618.996,21
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	761.546.517,92
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB ST PUBLICO-RESIDENCIAL	10.676.901,16
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	0,49
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	310.388.058,33
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	440.481.557,94
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-VALORES A RECEBER	2.943.789,80
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-3.411,28
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	2.642.722,01
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	304.479,07
1.6.4.30.13	-5	FINANC HABITACIONAIS-PGTO RECETO CONDICIONAIS/-	-884,45
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	129.572,94
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-RDA A INCORPORAR	114.383,20
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCOR	33,79
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	-1,66
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	15.157,61
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	-84.935.465,24
1.6.9	-4	PROVISAO PARA OPERACOES DE CREDITO (-)	-84.935.465,24
1.6.9.50	-2	PROVISAO PARA FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS (-)	-84.935.465,24
1.6.9.50.10	-8	PROV PARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS/-	-84.935.465,24
1.6.9.50.10.03	-2	PROVISAO P/ CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA	-84.935.465,24
1.8	-5	OUTROS CREDITOS	2.694.231,84
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER	2.690.490,75
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER	2.690.490,75

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 2  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		2.690.490,75
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.505.988,09	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	184.502,66	
1.8.8	-0	DIVERSOS		3.741,09
1.8.8.65	-5	PAGAMENTOS A RESSARCIR		3.741,09
1.8.8.65.99	-1	OUTROS PAGAMENTOS		3.741,09
1.8.8.65.99.57-5		VALORES A RECEBER-PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	3.741,09	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		9.620.640,46
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		9.620.640,46
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		9.620.640,46
1.9.9.10.21	-7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS		9.620.640,46
1.9.9.10.21.01-5		DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	9.620.640,46	
3	-0	COMPENSACAO		746.046.484,26
3.0	-0	COMPENSACAO		433.653.040,94
3.0.3	-4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		42.230.848,44
3.0.3.30	-5	TITULOS PARA NEGOCIACAO		42.230.848,44
3.0.3.30.60	-8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA		42.230.848,44
3.0.3.30.60.01-6		TITULOS EMITIDOS POR INST FIN-RENDA FIXA	42.230.848,44	
3.0.8	-5	CONTRATOS		391.422.192,50
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		391.422.192,50
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		391.422.192,50
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	50.533.116,47	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	340.889.076,03	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		312.393.443,32
3.1.2	-3	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		242.837.802,51
3.1.2.10	-7	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		242.837.802,51
3.1.2.10.18	-3	OPERACOES DE CREDITO-ENTIDADES SOCIAIS		544.300,76
3.1.2.10.18.01-1		OPERACOES DE CREDITO-NIVEL A	544.300,76	
3.1.2.10.28	-9	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A		242.293.501,75
3.1.2.10.28.01-7		OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A	242.293.501,75	
3.1.3	-1	OPERACOES DE CREDITO --NIVEL B		7.654.656,71
3.1.3.10	-5	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B		7.654.656,71
3.1.3.10.18	-1	OPERACOES DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL -NIVEL B		152.982,85
3.1.3.10.18.01-0		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B	152.982,85	
3.1.3.10.28	-7	OPERACOES DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDAS-NIVEL B		7.501.673,86
3.1.3.10.28.01-5		OPERACOES DE CREDITO-VENCIDAS-NIVEL B	7.501.673,86	
3.1.4	-0	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL C		11.228.993,77
3.1.4.10	-3	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL C		11.228.993,77
3.1.4.10.18	-0	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL C		231.808,94
3.1.4.10.18.01-8		OPERACOES DE CREDITO - NORMAL- NIVEL C	231.808,94	
3.1.4.10.28	-5	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA NIVEL C		10.997.184,83
3.1.4.10.28.01-3		OPERACOES DE CREDITO - VENCIDA NIVEL C	10.997.184,83	
3.1.5	-8	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL D		5.793.048,13
3.1.5.10	-1	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL D		5.793.048,13
3.1.5.10.18	-8	OPERACOES DE CREDITO FUNDOS - NORMAL - NIVEL D		129.373,45
3.1.5.10.18.01-6		OPERACOES DE CREDITO NORMAL - NIVEL D	129.373,45	
3.1.5.10.28	-3	OPERACAO DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDA-NIVEL D		5.663.674,68
3.1.5.10.28.01-1		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL D	5.663.674,68	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 3  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

3.1.6	-6	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL E	4.375.848,35
3.1.6.10	-0	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E	4.375.848,35
3.1.6.10.18	-6	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL -NIVEL E	130.371,03
3.1.6.10.18.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL - NIVEL E	
3.1.6.10.28	-1	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL E	4.245.477,32
3.1.6.10.28.01-0		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL E	
3.1.7	-4	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL F	2.745.323,31
3.1.7.10	-8	OPERACOES DE CREDITO -NORMAL- NIVEL F	2.745.323,31
3.1.7.10.18	-4	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL F	74.801,88
3.1.7.10.18.01-2		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL - NIVEL F	
3.1.7.10.28	-0	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL F	2.670.521,43
3.1.7.10.28.01-8		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA- NIVEL F	
3.1.8	-2	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL G	2.940.350,88
3.1.8.10	-6	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL G	2.940.350,88
3.1.8.10.18	-2	OPERACAO DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL - NIVEL G	91.154,70
3.1.8.10.18.01-0		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL- NIVEL G	
3.1.8.10.28	-8	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL G	2.849.196,18
3.1.8.10.28.01-6		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA - NIVEL G	
3.1.9	-0	OPERACOES DE RISCO - NIVEL H	34.817.419,66
3.1.9.10	-4	OPERACOES DE RISCO - NORMAL - NIVEL H	34.817.419,66
3.1.9.10.18	-0	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - NORMAL	2.273.980,93
3.1.9.10.18.01-9		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - NORMAL	
3.1.9.10.28	-6	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - VENCIDA	32.543.438,73
3.1.9.10.28.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - VENCIDA	
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	151.910.655,36
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS	151.910.655,36
8.1.2	-5	DESPESAS DE OBRIGACOES P/EMPRESTIMOS E REPASSE	6.049,46
8.1.2.30	-6	DESPESAS DE EMPREST NO PAIS-OUTRAS INSTITUICOES	6.049,46
8.1.2.30.11	-8	DESP DE EMPREST NO PAIS-FDS	6.049,46
8.1.2.30.11.01-6		AT MONET S/OBRIG C/FDS	6.049,46
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99.10.17-0		EMOLUMENTOS JUDICIAIS E CARTORARIOS	40.877,50
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	85.156.762,36
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS	85.156.762,36
8.1.8.30.60	-8	PROVISOES PARA OUTROS CREDITOS	84.935.465,24
8.1.8.30.60.24-5		DESPESA PROV.P/CRED.LIQUID. DUVIDOSA-ENTIDADES	84.935.465,24
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS	221.297,12
8.1.8.30.99.39-7		DESP PROV. OPER - MIP PARCELAMENTO-PMCMV	106.040,18
8.1.8.30.99.42-7		DESP PROV. OPER - MIP FINANCIAMENTO/NPCS	115.256,94
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	66.706.966,04
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS	34.452.040,64
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS	34.452.040,64
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	25.094.705,77
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	613.634,16
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	8.743.700,71
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	32.254.925,40

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 4  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

8.1.9.99.99 -2	OUTRAS DESP OPERACIONAIS-OUTRAS ENTIDADES	32.254.925,40
8.1.9.99.99.07-0	DESPESAS COM SEGURO MIP - NPCS	111.207,35
8.1.9.99.99.10-0	DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	629.233,17
8.1.9.99.99.14-2	DESPESAS DE SEGURO DFI/PCS/PMCMV	790.037,97
8.1.9.99.99.15-0	DESPESAS COM SEGURO MIP - PMCMV	29.756,53
8.1.9.99.99.79-7	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	12.000,00
8.1.9.99.99.85-1	DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	30.682.690,38
	TOTAL ATIVO:	2.375.953.947,02

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 5  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE	366.952.423,27
4.1	-3	DEPOSITOS	0,49
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA	0,49
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN	0,49
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC	0,49
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO, SAN E DESENV URBANO	0,49
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES	366.952.422,78
4.9.9	-5	DIVERSAS	366.952.422,78
4.9.9.82	-3	PASSIVOS ATUARIAIS	221.297,12
4.9.9.82.90	-2	OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS	221.297,12
4.9.9.82.90.03-7		OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS - NPCS/MIP	115.256,94
4.9.9.82.90.04-5		OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS - PMCMV/MIP	106.040,18
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS	366.731.125,66
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV	358.088.290,74
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	358.088.290,74
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS	2.143.217,18
4.9.9.92.91.56-8		TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	2.143.217,18
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS-PAIS CONT	6.499.617,74
4.9.9.92.92.08-4		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI/FDS	6.207,17
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCIERO - PMCMV	6.493.410,57
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO	1.155.142.003,10
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO	1.155.142.003,10
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL	1.111.044.384,13
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO	1.111.044.384,13
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL	1.111.044.384,13
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	958.513.680,25
6.1.8	-1	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	44.097.618,97
6.1.8.10	-5	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	44.097.618,97
6.1.8.10.10	-0	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	44.097.618,97
6.1.8.10.10.03-5		LUCROS OU PREJUIZOS-ACUMULADO	44.104.084,73
6.1.8.10.10.05-1		LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS - FDS	-6.465,76
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	107.813.036,39
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS	107.813.036,39
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	485.617,81
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS	485.617,81
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUAL MONETARIA-FINANCIAMENTOS	434.187,23
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	434.187,23
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS	51.430,58
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	51.430,58
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ	61.020.555,51
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS	31.027.662,91
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA	31.027.662,91
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	31.027.662,91
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	29.992.892,60
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	29.992.892,60
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	24.987.297,49

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 6  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

CODIGO DV NOME

7.1.4.20.10.12-1	ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	5.005.595,11
7.1.5 -3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT	3.674.308,43
7.1.5.10 -7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA	3.674.308,43
7.1.5.10.10 -2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA	3.674.308,43
7.1.5.10.10.10-0	RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	3.674.308,43
7.1.9 -6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42.632.554,64
7.1.9.90 -9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS	428.408,65
7.1.9.90.90 -8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS	428.408,65
7.1.9.90.90.02-4	REVERSAO DE PROVISOES	428.408,65
7.1.9.99 -0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	42.204.145,99
7.1.9.99.10 -5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS	209.638,43
7.1.9.99.10.41-2	RECEITAS EVENTUAIS	19.679,52
7.1.9.99.10.84-6	JUROS DE MORA	189.958,91
7.1.9.99.90 -9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS-DIVERSOS	
7.1.9.99.90.65-3	RECEITA COM SUBVENCAO - PMCMV	41.826.644,86
7.1.9.99.90.72-6	OUTRAS RDAS OP - ATUALIZ. S/CONTRATOS CANCELADOS	167.862,70
9 -8	COMPENSACAO	746.046.484,26
9.0 -8	COMPENSACAO	433.653.040,94
9.0.3 -2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20 -0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20.10 -5	TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20.10.01-3	TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.8 -3	CONTRATOS	391.422.192,50
9.0.8.40 -8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
9.0.8.40.10 -3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
9.0.8.40.10.01-1	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	50.533.116,47
9.0.8.40.10.03-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	340.889.076,03
9.1 -5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS	312.393.443,32
9.1.1 -3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	312.393.443,32
9.1.1.10 -7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS	312.393.443,32
9.1.1.10.11 -9	CART DE CREDITOS CLASSIF - OUTRAS ENTIDADES	312.393.443,32
9.1.1.10.11.06-8	OPERACOES DE CREDITO - ENTIDADES	312.393.443,32
	TOTAL PASSIVO:	2.375.953.947,02

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

07/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
14:01:40  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C E T E M E N S A L P A S S I V O

PAG. 7  
FDS621SA - #10  
REF: 12.2013

TOTAL ATIVO: 2.375.953.947,02 TOTAL PASSIVO: 2.375.953.947,02

JORGE FONTES HEREDA  
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

GILBERTO MAGALHAES OCCHI  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANTANNA  
VICE-PRESIDENTE - EM EXERCICIO

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE DE TER  
CEIROS CRC/DF 11025/0

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0-E

13/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
13:17:46  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V O

PAG. 1  
FDS631SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE	1.477.996.807,40
1.1	-4	DISPONIBILIDADES	331.573.214,09
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS	331.573.214,09
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA	310.805.597,08
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	310.805.597,08
1.1.2.20.10.06	-2	DEPOSITOS REMUNERADOS CAIXA-OUTR FUNDOS	310.805.597,08
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA	20.767.617,01
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	20.767.617,01
1.1.2.30.30.07	-5	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV	11.469.435,83
1.1.2.30.30.08	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FDS/PMCMV- DFI	8.418.770,02
1.1.2.30.30.14	-8	DEPOSITOS REMUN.NA CAIXA - FDS/PMCMV - RETORNO	879.411,16
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	412.194.341,60
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS	412.194.341,60
1.2.1.10	-3	REVENDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA	412.194.341,60
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC	412.194.341,60
1.2.1.10.07.01	-6	NTN-REV A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA	412.348.557,59
1.2.1.10.07.11	-3	NTN-RENDAS A APROPRIAR/-	-154.215,99
1.3	-9	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	42.230.848,44
1.3.1	-7	LIVRES	42.230.848,44
1.3.1.10	-0	TITULOS DE RENDA FIXA	42.230.848,44
1.3.1.10.25	-3	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.230.848,44
1.3.1.10.25.01	-1	CERTIFICADOS DE DEPOSITO BANCARIO	42.230.848,44
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO	679.683.530,97
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS	764.618.996,21
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	764.618.996,21
1.6.4.30.10	-0	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS	761.546.517,92
1.6.4.30.10.03	-4	FINANC IMOB ST PUBLICO-RESIDENCIAL	10.676.901,16
1.6.4.30.10.08	-5	FINANC HAB COM DIVIDA NEGATIVA	0,49
1.6.4.30.10.15	-8	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/NOVO PCS	310.388.058,33
1.6.4.30.10.16	-6	FINANC IMOBILIARIO - RESIDENCIAL/PMCMV-FDS	440.481.557,94
1.6.4.30.12	-2	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-VALORES A RECEBER	2.943.789,80
1.6.4.30.12.03	-7	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/VLRS A RECEBER	-3.411,28
1.6.4.30.12.15	-0	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC FDS-VLRS A RECEBER	2.642.722,01
1.6.4.30.12.16	-9	FINANC IMOBILIARIO-RESID/REC PMCMV VLR A RECEBER	304.479,07
1.6.4.30.14	-5	FINANC HABITACIONAIS-PGTO RECETO CONDICIONAIS/-	-884,45
1.6.4.30.14.02	-1	FINANC IMOB ST PUBL - RESID/REC CONDICIONAIS	-884,45
1.6.4.30.16	-8	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-RDA A INCORPORAR	129.572,94
1.6.4.30.16.03	-2	FINANC IMOB ST PUBL - RESIDENCIAL/RDAS A INCORP	114.383,20
1.6.4.30.16.04	-0	FINANC HABIT - VALORES A RECEBER - RDA A INCORP	33,79
1.6.4.30.16.05	-9	FINANC HABIT -PAG/REC CONDIC-RDA A INCORPORAR(-)	-1,66
1.6.4.30.16.16	-4	FIN IMOB ST PUBL-RESID REC.FDS-PMCMV/RDAS INCORP	15.157,61
1.6.9	-4	PROVISAO PARA OPERACOES DE CREDITO (-)	-84.935.465,24
1.6.9.50	-2	PROVISAO PARA FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS (-)	-84.935.465,24
1.6.9.50.10	-8	PROV PARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS/-	-84.935.465,24
1.6.9.50.10.03	-2	PROVISAO P/ CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA	-84.935.465,24
1.8	-5	OUTROS CREDITOS	2.694.231,84
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER	2.690.490,75
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER	2.690.490,75

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

13/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
13:17:46  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V O

PAG. 2  
FDS631SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

1.8.3.30.10 -6	REMUNERACAO A RECEBER	2.690.490,75
1.8.3.30.10.01-4	RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.505.988,09
1.8.3.30.10.16-2	RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	184.502,66
1.8.8 -0	DIVERSOS	3.741,09
1.8.8.65 -5	PAGAMENTOS A RESSARCIR	3.741,09
1.8.8.65.99 -1	OUTROS PAGAMENTOS	3.741,09
1.8.8.65.99.57-5	VALORES A RECEBER-PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	3.741,09
1.9 -2	OUTROS VALORES E BENS	9.620.640,46
1.9.9 -6	DESPESAS ANTECIPADAS	9.620.640,46
1.9.9.10 -0	DESPESAS ANTECIPADAS	9.620.640,46
1.9.9.10.21 -7	DESPESAS ANTECIPADAS - FDS	9.620.640,46
1.9.9.10.21.01-5	DESPESAS ANTECIPADAS C/NOVO PCS-TXADMINISTRACAO	9.620.640,46
3 -0	COMPENSACAO	746.046.484,26
3.0 -0	COMPENSACAO	433.653.040,94
3.0.3 -4	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	42.230.848,44
3.0.3.30 -5	TITULOS PARA NEGOCIACAO	42.230.848,44
3.0.3.30.60 -8	TITULOS EMITIDOS POR INST FINANC-RENDA FIXA	42.230.848,44
3.0.3.30.60.01-6	TITULOS EMITIDOS POR INST FIN-RENDA FIXA	42.230.848,44
3.0.8 -5	CONTRATOS	391.422.192,50
3.0.8.40 -0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
3.0.8.40.10 -5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
3.0.8.40.10.01-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	50.533.116,47
3.0.8.40.10.03-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	340.889.076,03
3.1 -7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS	312.393.443,32
3.1.2 -3	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A	242.837.802,51
3.1.2.10 -7	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A	242.837.802,51
3.1.2.10.18 -3	OPERACOES DE CREDITO-ENTIDADES SOCIAIS	544.300,76
3.1.2.10.18.01-1	OPERACOES DE CREDITO-NIVEL A	544.300,76
3.1.2.10.28 -9	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A	242.293.501,75
3.1.2.10.28.01-7	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL A	242.293.501,75
3.1.3 -1	OPERACOES DE CREDITO --NIVEL B	7.654.656,71
3.1.3.10 -5	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B	7.654.656,71
3.1.3.10.18 -1	OPERACOES DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL -NIVEL B	152.982,85
3.1.3.10.18.01-0	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL B	152.982,85
3.1.3.10.28 -7	OPERACOES DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDAS-NIVEL B	7.501.673,86
3.1.3.10.28.01-5	OPERACOES DE CREDITO-VENCIDAS-NIVEL B	7.501.673,86
3.1.4 -0	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL C	11.228.993,77
3.1.4.10 -3	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL C	11.228.993,77
3.1.4.10.18 -0	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL C	231.808,94
3.1.4.10.18.01-8	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL- NIVEL C	231.808,94
3.1.4.10.28 -5	OPERACOES DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA NIVEL C	10.997.184,83
3.1.4.10.28.01-3	OPERACOES DE CREDITO - VENCIDA NIVEL C	10.997.184,83
3.1.5 -8	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL D	5.793.048,13
3.1.5.10 -1	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL D	5.793.048,13
3.1.5.10.18 -8	OPERACOES DE CREDITO FUNDOS - NORMAL - NIVEL D	129.373,45
3.1.5.10.18.01-6	OPERACOES DE CREDITO NORMAL - NIVEL D	129.373,45
3.1.5.10.28 -3	OPERACAO DE CREDITO-FUNDOS-VENCIDA-NIVEL D	5.663.674,68
3.1.5.10.28.01-1	OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL D	5.663.674,68

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

13/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
13:17:46  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V O

PAG. 3  
FDS631SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

3.1.6	-6	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL E	4.375.848,35
3.1.6.10	-0	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E	4.375.848,35
3.1.6.10.18	-6	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL -NIVEL E	130.371,03
3.1.6.10.18.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL -NIVEL E	
3.1.6.10.28	-1	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL E	4.245.477,32
3.1.6.10.28.01-0		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA-NIVEL E	
3.1.7	-4	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL F	2.745.323,31
3.1.7.10	-8	OPERACOES DE CREDITO -NORMAL- NIVEL F	2.745.323,31
3.1.7.10.18	-4	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - NORMAL - NIVEL F	74.801,88
3.1.7.10.18.01-2		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL - NIVEL F	
3.1.7.10.28	-0	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL F	2.670.521,43
3.1.7.10.28.01-8		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA- NIVEL F	
3.1.8	-2	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL G	2.940.350,88
3.1.8.10	-6	OPERACOES DE CREDITO - NORMAL - NIVEL G	2.940.350,88
3.1.8.10.18	-2	OPERACAO DE CREDITO -FUNDOS - NORMAL - NIVEL G	91.154,70
3.1.8.10.18.01-0		OPERACAO DE CREDITO - NORMAL- NIVEL G	
3.1.8.10.28	-8	OPERACAO DE CREDITO - FUNDOS - VENCIDA - NIVEL G	2.849.196,18
3.1.8.10.28.01-6		OPERACAO DE CREDITO - VENCIDA - NIVEL G	
3.1.9	-0	OPERACOES DE RISCO - NIVEL H	34.817.419,66
3.1.9.10	-4	OPERACOES DE RISCO - NORMAL - NIVEL H	34.817.419,66
3.1.9.10.18	-0	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - NORMAL	2.273.980,93
3.1.9.10.18.01-9		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - NORMAL	
3.1.9.10.28	-6	OPERACAO DE CREDITO FUNDOS - NIVEL H - VENCIDA	32.543.438,73
3.1.9.10.28.01-4		OPERACAO DE CREDITO - NIVEL H - VENCIDA	
TOTAL ATIVO: 2.224.043.291,66			

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

13/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
13:17:46  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L P A S S I V O

PAG. 4  
FDS631SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE	366.952.423,27
4.1	-3	DEPOSITOS	0,49
4.1.1	-1	DEPOSITOS A VISTA	0,49
4.1.1.90	-4	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FIN	0,49
4.1.1.90.10	-0	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPR E FINANC	0,49
4.1.1.90.10.30-1		SALDOS CRED HABITACAO, SAN E DESENV URBANO	0,49
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES	366.952.422,78
4.9.9	-5	DIVERSAS	366.952.422,78
4.9.9.82	-3	PASSIVOS ATUARIAIS	221.297,12
4.9.9.82.90	-2	OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS	221.297,12
4.9.9.82.90.03-7		OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS - NPCS/MIP	115.256,94
4.9.9.82.90.04-5		OUTROS PASSIVOS ATUARIAIS - PMCMV/MIP	106.040,18
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS	366.731.125,66
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV	358.088.290,74
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	358.088.290,74
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS	2.143.217,18
4.9.9.92.91.56-8		TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	2.143.217,18
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS-PAIS CONT	6.499.617,74
4.9.9.92.92.08-4		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI/FDS	6.207,17
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	6.493.410,57
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO	1.111.044.384,13
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO	1.111.044.384,13
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL	1.111.044.384,13
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO	1.111.044.384,13
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL	1.111.044.384,13
6.1.1.10.10.21-6		PESSOAS JURIDICAS	4.922.694,26
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	147.608.009,62
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	958.513.680,25
9	-8	COMPENSACAO	746.046.484,26
9.0	-8	COMPENSACAO	433.653.040,94
9.0.3	-2	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20	-0	TITULOS E VAL MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20.10	-5	TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS EM CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.3.20.10.01-3		TITULOS E VLRS MOBIL CLASSIFICADOS P/CATEGORIA	42.230.848,44
9.0.8	-3	CONTRATOS	391.422.192,50
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	391.422.192,50
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	50.533.116,47
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	340.889.076,03
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS	312.393.443,32
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	312.393.443,32
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS	312.393.443,32
9.1.1.10.11	-9	CART DE CREDITOS CLASSIF - OUTRAS ENTIDADES	312.393.443,32
9.1.1.10.11.06-8		OPERACOES DE CREDITO - ENTIDADES	312.393.443,32
		TOTAL PASSIVO:	2.224.043.291,66

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

13/03/2014 PZ.ARQ: 30A  
13:17:46  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
B A L A N C O P A T R I M O N I A L P A S S I V O

PAG. 5  
FDS631SA - #10  
REF: 2013

TOTAL ATIVO: 2.224.043.291,66 TOTAL PASSIVO: 2.224.043.291,66

JORGE FONTES HEREDA  
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

GILBERTO MAGALHAES OCCHI  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANTANNA  
VICE-PRESIDENTE - EM EXERCICIO

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE DE TER  
CEIROS CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0  
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0-E

25/02/2014 PZ.ARQ: 30A

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
ENTIDADE : FDS DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - RECEITASPAG. 1  
FDS632SA - #10  
REF: 2013

CÓDIGO DV NOME

7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	107.813.036,39
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS	107.813.036,39
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	485.617,81
7.1.1.15	-7	RENDAS DE FINANCIAMENTOS	485.617,81
7.1.1.15.10	-2	RENDAS DE ATUAL MONETARIA-FINANCIAMENTOS	434.187,23
7.1.1.15.10.03-7		RENDAS DE ATUALIZ MONETARIA-FINANC AO S PUBLICO	434.187,23
7.1.1.15.20	-8	RENDAS DE JUROS S/FINANCIAMENTOS	51.430,58
7.1.1.15.20.03-2		RENDAS DE JUROS S/FINANC AO SETOR PUBLICO	51.430,58
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ	61.020.555,51
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS	31.027.662,91
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA	31.027.662,91
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	31.027.662,91
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	29.992.892,60
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	29.992.892,60
7.1.4.20.10.03-2		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS NA CAIXA	24.987.297,49
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	5.005.595,11
7.1.5	-3	RDAS C/TIT VAL MOBIL E INSTRUM DERIVAT	3.674.308,43
7.1.5.10	-7	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA	3.674.308,43
7.1.5.10.10	-2	RENDAS DE TITULOS DE RENDA FIXA	3.674.308,43
7.1.5.10.10.10-0		RENDAS DE TIT DE RDA FIXA-ENT SOC.ADMIN	3.674.308,43
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42.632.554,64
7.1.9.90	-9	REVERSAO DE PROVISOES OPERACIONAIS	428.408,65
7.1.9.90.90	-8	REVER PROV PERDAS SOCIED COLIGADAS E CONTROLADAS	428.408,65
7.1.9.90.90.02-4		REVERSAO DE PROVISOES	428.408,65
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	42.204.145,99
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS	209.638,43
7.1.9.99.10.41-2		RECEITAS EVENTUAIS	19.679,52
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	189.958,91
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS-DIVERSOS	41.994.507,56
7.1.9.99.90.65-3		RECEITA COM SUBVENCAO - PMCMV	41.826.644,86
7.1.9.99.90.72-6		OUTRAS RDAS OP - ATUALIZ. S/CONTRATOS CANCELADOS	167.862,70

TOTAL RECEITAS

107.813.036,39

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

25/02/2014 PZ.ARQ: 30A  
11:20:09  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS

PAG. 2  
FDS632SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	151.910.655,36
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS	151.910.655,36
8.1.2	-5	DESPESAS DE OBRIGACOES P/EMPRESTIMOS E REPASSES	6.049,46
8.1.2.30	-6	DESPESAS DE EMPREST NO PAIS-OUTRAS INSTITUICOES	6.049,46
8.1.2.30.11	-8	DESP DE EMPREST NO PAIS-FDS	6.049,46
8.1.2.30.11.01-6		AT MONET S/OBRIG C/FDS	6.049,46
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40.877,50
8.1.7.99.10.17-0		EMOLUMENTOS JUDICIAIS E CARTORARIOS	40.877,50
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	85.156.762,36
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS	85.156.762,36
8.1.8.30.60	-8	PROVISOES PARA OUTROS CREDITOS	84.935.465,24
8.1.8.30.60.24-5		DESPESA PROV.P/CRED.LIQUID. DUVIDOSA-ENTIDADES	84.935.465,24
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS	221.297,12
8.1.8.30.99.39-7		DESP PROV. OPER - MIP PARCELAMENTO-PMCMV	106.040,18
8.1.8.30.99.42-7		DESP PROV. OPER - MIP FINANCIAMENTO/NPCS	115.256,94
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	66.706.966,04
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS	34.452.040,64
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS	34.452.040,64
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	25.094.705,77
8.1.9.94.10.20-3		TAXA DE ADMINISTRACAO FDS AGENTE FINANCEIRO	613.634,16
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	8.743.700,71
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	32.254.925,40
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESP OPERACIONAIS-OUTRAS ENTIDADES	32.254.925,40
8.1.9.99.99.07-0		DESPESAS COM SEGURO MIP - NPCS	111.207,35
8.1.9.99.99.10-0		DESCONTO CONCEDIDO S/PRESTACOES	629.233,17
8.1.9.99.99.14-2		DESPESAS DE SEGURO DFI/PCS/PMCMV	790.037,97
8.1.9.99.99.15-0		DESPESAS COM SEGURO MIP - PMCMV	29.756,53
8.1.9.99.99.79-7		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	12.000,00
8.1.9.99.99.85-1		DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	30.682.690,38

T O T A L D E S P E S A S 151.910.655,36

D E M O N S T R A T I V O D O R E S U L T A D O	
T O T A L R E C E I T A S	107.813.036,39
T O T A L D E S P E S A S	151.910.655,36
L U C R O / P R E J U I Z O	-44.097.618,97

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

25/02/2014 PZ.ARQ: 30A  
11:20:09  
ENTIDADE : FDS

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L  
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS  
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 3  
FDS632SA - #10  
REF: 2013

CODIGO DV NOME

JORGE FONTES HEREDA  
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

GILBERTO MAGALHAES OCCHI  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANTANNA  
VICE-PRESIDENTE - EM EXERCICIO

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE DE TERCEIROS  
CRC/DF 11025/0

-----  
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

# **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS**

## **Proposta Orçamentária – 2013**

### **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

- 1.1 A presente proposta orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social-FDS foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 103, de 22.04.1991, no inciso VII, do art. 6º, da Lei 8.677, de 13.06.1993, e no Regimento Interno do Conselho Curador do FDS-CCFDS, alterado pela Resolução CCFDS nº 86, de 23.10.2002, e objetiva oferecer um planejamento com vistas à adequada aplicação dos recursos financeiros do Fundo.
- 1.2 Foram consideradas as seguintes premissas na elaboração do orçamento 2013:

Indicadores Econômicos	Realizado 2011	Orçado 2012	Orçado 2013
Taxa Referencial (TR) média	1,21% a.a	0,82% a.a	0% a.a
SELIC média	11,62% a.a	10,50% a.a	7,28% a.a
Contratações PCS no ano (R\$ mil)	R\$ 8.410	R\$ 36.742	R\$ 36.742
Contratações MCMV no ano (R\$ mil)	R\$ 102.522	R\$ 357.509	R\$ 1.100.000

- 1.2.1 As contratações ocorrerão no âmbito dos Programas Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades.
- 1.2.2 Programa Crédito Solidário-PCS aprovado pelo CCFDS através da Resolução nº 121 de 09/01/2008 com o objetivo de conceder financiamento a adquirentes ou proprietários de habitações ou lotes, com faixa de renda de até três Salários Mínimos, sem cobrança de juros, sendo as remunerações dos agentes financeiros e agente operador custeadas pelo FDS.
- 1.2.3 Programa Habitacional Popular-Entidades Minha Casa Minha Vida, criado pela Resolução CCFDS nº 141, de 10/06/2009, alterado para Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, por meio da Resolução CCFDS nº 182, de 18/08/2011 e normas alteradas pela Resolução CCFDS nº 194, de 12/12/2012, voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, utilizando os recursos definidos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Lei 12.424, de 16/06/2011 e Decreto 7.499, de 16/06/2011, alocados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.



**2 ORÇAMENTO OPERACIONAL**

- 2.1 Para 2013, manteve-se a previsão de R\$ 36.742 mil, para contratação no Programa Crédito Solidário, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2013	Recursos por região	R\$
NORTE	9,57%	3.516.175,22	
NORDESTE	30,08%	11.051.886,17	
SUDESTE	41,51%	15.251.455,95	
SUL	10,44%	3.835.827,52	
CENTRO-OESTE	8,40%	3.086.298,00	
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>36.741.642,86</b>	

- 2.2 No Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, em 2013, prevê-se contratação de R\$ 1.100.000 mil, com a seguinte distribuição regional:

REGIÕES	Percentual orçamento 2013	Recursos por região	R\$
NORTE	9,57%	105.270.000,00	
NORDESTE	30,08%	330.880.000,00	
SUDESTE	41,51%	456.610.000,00	
SUL	10,44%	114.840.000,00	
CENTRO-OESTE	8,40%	92.400.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.100.000.000,00</b>	

**3 ORÇAMENTO FINANCEIRO****3.1 ENTRADAS DE RECURSOS****3.1.1 ARRECADAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS**

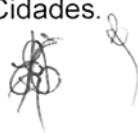
- 3.1.1.1 A arrecadação prevista para retorno de financiamentos é de R\$ 23.386 mil, considerando o Programa Crédito Solidário, de R\$ 11.125 mil, Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades (PMCMV-E) de R\$ 12.265 mil.

**3.1.2 RECEITAS FINANCEIRAS**

- 3.1.2.1 Correspondem à remuneração das disponibilidades do FDS, representadas por aplicações em títulos públicos e privados, sendo projetadas, com base na taxa SELIC, em R\$ 79.903 mil.

**3.1.3 APORTE OGU**

- 3.1.3.1 Para fazer frente às operações do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades está previsto um aporte do OGU de R\$ 1.168.144 mil, conforme informações provindas do Ministério das Cidades.



**3.2 SAÍDAS DE RECURSOS****3.2.1 APLICAÇÕES**

3.2.1.1 Para atender aos Programas em 2013, estima-se o desembolso de R\$ 412.606 mil, sendo R\$ 23.529 mil do PCS e R\$ 399.077 mil do PMCMV-E.

**3.2.2 ENCARGOS DO FDS**

3.2.2.1 Os pagamentos do FDS referentes ao PCS estão previstos em R\$ 24.900 mil e ao PMCMV-E em 32.944 mil, correspondentes à taxa de administração.

**3.3 DISPONIBILIDADE FINAL**

3.3.1 A disponibilidade total projetada para 2013 é de R\$ 1.693.143 mil.

**4 ORÇAMENTO ECONÔMICO**

4.1 Caso as estimativas se concretizem, o FDS apresentará resultado positivo de R\$ 1.536 mil.

Demonstração de Resultados	Realizado 2012 (A)	Orçado 2013 (B)	R\$ mil	
			(B)	(B/A)
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>142.620</b>	<b>104.788</b>	<b>73,47</b>	
Operações de Crédito	822	902	109,73	
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	75.323	82.931	110,10	
Outras Receitas Operacionais	66.475	20.955	31,52	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(63.798)</b>	<b>(103.252)</b>	<b>161,84</b>	
Despesas Administrativas	(5)	(22.000)	-	
Comissões e Tarifas	(21.897)	(57.844)	264,16	
Tx de Administração - CAIXA	(11.114)	(24.900)	224,04	
Tx Administração - PCS Ag Financeiro	(3.884)	-	-	
Tx de Equilíbrio	(2.020)	-	-	
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(4.880)	(32.944)	675,08	
Outras Despesas Operacionais	(41.896)	(23.408)	55,87	
<b>RESULTADO LIQUIDO</b>	<b>78.821</b>	<b>1.536</b>	<b>1,95</b>	

4.1.1 Tal resultado decorre, principalmente, de despesas administrativas e da taxa de administração PMCMV – agente financeiro, de R\$ 22.000 mil e R\$ 32.944 mil, respectivamente, em razão da contratação prevista, pelo Ministério das Cidades, de 20.000 unidades habitacionais.

4.2 O orçamento de 2013 projeta ativos totais de R\$ 2.691.185 mil, com acréscimo de 80,37% em relação ao realizado 2012, em razão, basicamente, da previsão de aporte da União no valor de R\$ 1.168.144 mil.

Balanço Patrimonial	R\$ mil		
	Realizado 2012 (A)	Orçado 2013 (B)	(%) (B/A)
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL</b>	<b>1.492.047</b>	<b>2.691.185</b>	<b>180,37</b>
<b>Depósitos Bancários</b>	<b>446.374</b>	<b>931.233</b>	<b>208,62</b>
Depósito Remunerado na CAIXA	305.543	327.786	107,28
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV	134.728	584.144	433,57
Depósito Remunerado CAIXA - FDS/PMCMV-DFI	6.103	19.303	316,29
<b>Aplic. Interfinanceiras de Liquidez e TVM</b>	<b>428.994</b>	<b>762.215</b>	<b>177,67</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>603.945</b>	<b>982.588</b>	<b>162,69</b>
Outros Créditos	2.500	5.528	221,12
Outros Valores e Bens	10.234	9.621	94,01
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.492.047</b>	<b>2.691.184</b>	<b>180,37</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Credores Diversos</b>	<b>336.905</b>	<b>287.541</b>	<b>85,35</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>1.155.142</b>	<b>2.403.644</b>	<b>208,08</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.492.047</b>	<b>2.691.185</b>	<b>180,37</b>

1 - O valor de Fundo de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.



ELIS ROCHA  
Assistente Executivo  
GN Orçamento



ERLON ALEXANDRE DA SILVA GUIMARÃES  
Gerente Nacional – s.e.  
GN Orçamento

# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS

## Execução Orçamentária de 2013

### 1 OBJETIVO

1.1 O presente relatório refere-se à execução orçamentária do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, relativa ao exercício de 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho Curador do FDS.

### 2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 O FDS foi criado em 1991 com a finalidade de financiar projetos de investimentos de relevante interesse social e iniciativas de empresas ou entidades do setor privado, nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

2.1.1 Para tanto, após alguns anos sem novas operações, foi criado o Programa de Crédito Solidário, que se destina ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, conforme Resoluções nº 93, de 28/04/04 e nº 94, de 02/06/04, cujas contratações iniciaram-se em julho de 2005, regido atualmente pela Resolução 121, de 09/01/2008.

2.1.2 A Resolução CCFDS nº194, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, definidos no art.2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

### 3 ORÇAMENTO FINANCEIRO

3.1 O fluxo financeiro do exercício de 2013 apresentou saldo final de R\$ 785.999 mil.

	Realizado 2012	Orçado 2013 (A)	Realizado 2013 (B)	R\$ mil △ % (B) ⇌ (A)
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>938.015</b>	<b>892.161</b>	<b>875.368</b>	<b>98,12</b>
<b>ENTRADAS</b>	<b>102.369</b>	<b>1.271.432</b>	<b>145.724</b>	<b>11,46</b>
Operações de Crédito	12.419	23.386	18.497	79,09
Receitas Financeiras	89.950	79.903	60.727	76,00
Aporte da União	0	1.168.144	66.500	5,69
<b>SAÍDAS</b>	<b>165.016</b>	<b>470.450</b>	<b>235.093</b>	<b>49,97</b>
Aplicações	155.974	412.606	210.071	50,91
Encargos do FDS	3.327	24.900	21.794	87,53
Encargos do Programa MCMV	5.715	32.944	3.228	9,80
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>875.368</b>	<b>1.693.143</b>	<b>785.999</b>	<b>46,42</b>

Fonte : GN Contabilidade de Terceiros

3.1 As entradas de recursos no FDS totalizaram R\$ 145.724 mil, 11,46% do valor orçado, em razão da não efetivação do montante previsto para Aporte de Recursos OGU.

- 3.2 As saídas de recursos no FDS realizaram R\$ 235.093 mil, 49,97% do valor orçado para o exercício, devido, essencialmente, ao item aplicações que apresentaram realização de 50,91% do esperado.

## 4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

### 4.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

- 4.1.1 O resultado líquido apurado pelo FDS, no exercício, foi negativo em R\$ 44.097 mil proveniente das receitas e despesas apresentadas adiante:

Demonstrações de Resultados	Orçado 2013 (A)	Realizado 2013 (B)	Realizado 2012	△ % (B) ⇄ (A)
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>104.788</b>	<b>107.813</b>	<b>142.620</b>	<b>102,89</b>
Operações de Crédito	902	486	822	53,88
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	82.931	64.695	75.323	78,01
Outras Receitas Operacionais	20.955	42.632	66.475	203,45
Receitas com subvenção PMCMV	20.955	41.827	48.132	199,60
Outras receitas operacionais	-	805	18.343	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(81.252)</b>	<b>(151.910)</b>	<b>(63.804)</b>	<b>186,96</b>
Despesas de obrigações p/ empréstimo		(6)	-	-
Comissões e Tarifas	(57.844)	(34.452)	(21.898)	59,56
Tx de Administração - CAIXA	(24.900)	(25.095)	(11.114)	100,78
Tx Administração PCS - Ag Financeiro	-	(614)	(3.884)	-
Taxa de Equilíbrio - FDS Prog Crédito Solidário	-	-	(2.020)	-
Tx Administração PMCMV - Ag Financeiro	(32.944)	(8.744)	(4.880)	26,54
Despesas Administrativas	(22.000)	(41)	(4)	0,19
Despesas Prov p/ Cred Liquid Duvidosa	-	(84.935)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(23.408)	(32.475)	(41.902)	138,73
Despesas com subsídio PMCMV	(23.408)	(30.683)	(36.635)	131,08
Outras despesas operacionais	-	(1.792)	(5.267)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>23.536</b>	<b>(44.097)</b>	<b>78.816</b>	<b>(187,36)</b>

Fonte : Balançete FDS

- 4.1.2 As receitas operacionais realizaram R\$ 107.813 mil, totalizando R\$ 3.025 mil acima do valor previsto para o período.

- 4.1.2.1 Esse resultado decorre do desempenho das receitas com subvenção do PMCMV que superaram a expectativa em R\$ 20.877 mil em decorrência do aumento dos contratos em fase de retorno do PMCMV-Entidades, quando finda a carência e inicia a etapa de amortização dos imóveis financiados.

- 4.1.2.2 Em contrapartida, as receitas de aplicação interfinanceira de liquidez/TVM, obtiveram queda de R\$ 18.236 mil pela frustração no valor orçado para aporte da União.

- 4.1.3 As despesas operacionais apresentaram realização de R\$ 151.910 mil, superior ao orçado em 86,96%, com destaque para os seguintes itens:

- 4.1.3.1 Registro de R\$ 24.200 mil, inferior à expectativa, no item taxa de administração PMCMV – agente financeiro em razão da contratação de unidades habitacionais prevista pelo Ministério das Cidades não ter sido concretizada.

- 4.1.3.2 As despesas administrativas, vinculadas às custas com emolumentos judiciais e cartorários, impactadas pela não concretização dos contratos habitacionais, frustraram o valor orçado em R\$ 21.959 mil.

- 4.1.3.3 Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 84.935 mil, para fazer face às perdas prováveis na realização de crédito do Novo Programa de Crédito Solidário e do PMCMV- E.

- 4.1.3.3.1 Tal constituição considerou para o PMCMV-E o montante de R\$ 43.167 mil, com base em percentual de perda de 9,8% sobre o saldo da carteira de R\$ 440.484 mil e, para o

NPCS, R\$ 41.768 mil, conforme as condições estabelecidas pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional

#### 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

- 4.1.1 O Fundo registrou ativo total de R\$ 1.477.997 mil, 54,92% do valor previsto e não registrou ativo total de R\$ 1.492.047 mil, 79,49% do valor esperado para 2012.

Balanço Patrimonial	Orçado 2013	Realizado 2013	Realizado 2012	△ % (B) ⇄ (A)
	(A)	(B)		
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL</b>	<b>2.691.185</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>54,92</b>
Depósitos Bancários	931.233	331.573	446.374	35,61
Aplicação Interfinanceira de Liquidez/TVM	762.215	454.425	428.994	59,62
Operações de Crédito	982.588	679.684	603.945	69,17
Outros Créditos	5.528	2.694	2.500	48,73
Outros Valores e Bens	9.621	9.621	10.234	100,00
<b>PASSIVO</b>				
Credores Diversos	1.455.685	366.952	336.905	25,21
Patrimônio Líquido	1.235.500	1.111.045	1.155.142	89,93
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.691.185</b>	<b>1.477.997</b>	<b>1.492.047</b>	<b>54,92</b>

Obs.: O valor da Reserva de Liquidez é composta de 10% em títulos, sendo 50% em títulos públicos e 50% de títulos de emissão da CAIXA.

- 4.1.2 No ativo, a não efetivação do repasse pela União no montante previsto de R\$ 1.168.144 mil, provocou desempenho de 45,08% abaixo do orçado para o período.
- 4.1.2.1 Os itens de depósitos bancários, aplicação interfinanceira de liquidez/TVM e operações de crédito, juntos, totalizaram R\$ 1.210.354 mil inferior ao estimado, afetados por essa não concretização do valor de aporte previsto para o exercício.
- 4.1.3 No passivo, o item Credores Diversos, realizou 25,21% do esperado, em razão da não realização do repasse comentado no item 4.1.2.

ELIS REGINA ROCHA  
Assistente Executivo

OSVALDO SALSANO JÚNIOR  
Gerente Executivo

ITAMAR DOS SANTOS LIRA  
Gerente Nacional  
GN Orçamento



Ernst & Young  
worldwide

Ernst & Young  
Auditores Independentes  
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS  
2013

Relatório de auditoria  
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS  
2013

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para propósito especial**

**Aos Administradores do  
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS  
(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS ("FDS" ou "Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, sendo consideradas para propósito especial, por não atenderem a todos os requerimentos constantes das práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do FDS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do FDS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do FDS. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Ernst & Young  
Auditores Independentes

Página 2

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

#### Ênfase

*Base de elaboração das demonstrações contábeis para propósito especial*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram preparadas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto dos normativos aplicáveis ao FDS. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

#### Outros assuntos

*Auditória dos valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 19 de março de 2013.

São Paulo, XX de março de 2014

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-8-F-DF

Eduardo Braga Perdigão  
Contador CRC-1CE013803/O-8

**Fundo de Desenvolvimento Social - FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Demonstração da composição e diversificação das aplicações**  
**Em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Aplicações/especificações	Valor	% sobre o total do ativo
<b>Ativo</b>		
<b>Depósitos bancários (Nota 3)</b>	<b>331.573</b>	<b>22,43</b>
Depósitos remunerados CAIXA	331.573	22,43
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)</b>	<b>412.194</b>	<b>27,89</b>
Títulos federais – Notas do Tesouro Nacional (NTN)	412.194	27,89
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 5)</b>	<b>42.231</b>	<b>2,86</b>
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	42.231	2,86
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>	<b>679.684</b>	<b>45,99</b>
Financiamentos habitacionais	764.619	51,73
Provisão para operações de crédito (-)	(84.935)	(5,74)
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	<b>2.694</b>	<b>0,18</b>
<b>Outros valores e bens (Nota 8)</b>	<b>9.621</b>	<b>0,65</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.477.997</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Dotação União – PMCMV (Nota 9)</b>	<b>358.088</b>	<b>24,23</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>8.864</b>	<b>0,60</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 10)</b>	<b>1.111.045</b>	<b>75,17</b>
Representado por 13.537.409.216,94		
Cotas a R\$ 0,0648162 cada uma	877.443	59,36
Programa Crédito Solidário	233.602	15,81
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.477.997</b>	<b>100,00</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundo de Desenvolvimento Social - FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Demonstração da evolução do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Patrimônio líquido no início do exercício</b>		
2012 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0627585 cada uma		849.588
2013 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0664219 cada uma	899.180	849.588
Programa Crédito Solidário	<u>255.962</u>	<u>226.738</u>
	<u>1.155.142</u>	<u>1.076.326</u>
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Receitas</b>		
Rendas de operações de crédito	486	822
Rendas de aplicações em oper. compromissadas	31.028	32.581
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	29.993	39.164
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.674	3.579
Receitas com subvenção (Nota 9)	41.827	48.132
Reversão de despesas de taxa de administração	-	1.378
Outras receitas operacionais (Nota 13)	<u>805</u>	<u>16.964</u>
	<u><b>107.813</b></u>	<u><b>142.620</b></u>
<b>Despesas</b>		
Despesas administrativas – Comissões e tarifas (Nota 11)	(34.453)	(21.898)
Despesas com subsídios – PMCMV (Nota 9)	(30.683)	(36.635)
Despesas provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(84.935)	-
Outras despesas operacionais (Nota 14)	<u>(1.839)</u>	<u>(5.271)</u>
	<u><b>(151.910)</b></u>	<u><b>(63.804)</b></u>
<b>Resultado do exercício</b>	<u><b>(44.097)</b></u>	<u><b>78.816</b></u>
<b>Patrimônio líquido final</b>		
2012 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0664219 cada uma		899.180
2013 - 13.537.409.216,94 cotas a R\$ 0,0648162 cada uma	877.443	
Programa Crédito Solidário	<u>233.602</u>	<u>255.962</u>
<b>Patrimônio líquido total</b>	<u><b>1.111.045</b></u>	<u><b>1.155.142</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

**contábeis em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **1 Contexto operacional**

O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (“FDS” ou “Entidade”), gerido pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, foi constituído pelo Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, e iniciou suas operações em 2 de maio de 1991.

O objetivo do FDS é financiar projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor privado, caracterizados como de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, sendo vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autarquias ou fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF e, atualmente, provêm substancialmente do resultado de suas próprias aplicações.

A metodologia de aquisição de quotas pelo FDS prevista nas Resoluções do Conselho Curador do FDS - CCFDS nºs 71/96, 75/97 e 90/03, foi alterada pela Resolução nº 118/2007, de 13 de dezembro de 2007, que revogou todas as disposições nelas contidas.

A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Haverá dedução de valor correspondente ao percentual de provisão realizado pelo FAF ou de valor equivalente ao percentual de deságio praticado pela instituição quando da aquisição, valendo o que for maior. Além disto, deduzir-se-á também o valor correspondente aos resgates parciais efetuados pela instituição junto ao FDS.

#### **(a) Programa de Crédito Solidário - PCS**

O Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, por meio da Resolução nº 121, de 09/01/2008, criou o Programa Crédito Solidário - PCS voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, com renda de 3 a 5 salários mínimos, organizadas em cooperativas ou associações e demais entidades da sociedade civil. Os contratos firmados neste programa poderão ser renegociados conforme disposto na Resolução CCFDS nº 137, de 9 de abril de 2009, alterada pela Resolução CCFDS nº 164, de 14 de julho de 2010, em seu art. 14 com relação às renegociações dos imóveis.

Conforme Instrução Normativa nº 11, de 14 de maio de 2004, alterada pela Instrução Normativa nº 039, de 28 de dezembro de 2005, que regulamenta o PCS, os recursos para os financiamentos do programa serão do FDS e, em caráter complementar aos recursos do FDS, a participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por intermédio de aporte de recursos financeiros ou bens ou serviços economicamente mensuráveis necessários à composição do investimento a ser realizado.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As principais características do PCS são as seguintes:

- Valor de financiamento unitário: até R\$ 12.000,00, podendo ser acrescido em até 150% para o Distrito Federal e para os municípios integrantes das regiões metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Belo Horizonte; em até 100% para os municípios integrantes das demais regiões metropolitanas, e em até 50% nos municípios com população superior a 50 mil habitantes e valor máximo de avaliação do imóvel de R\$ 72.000,00;
- Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- Sistema e forma de amortização: tabela Price, em parcelas mensais;
- Prazo de amortização: até 240 meses para o beneficiário final;
- Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, por operação de crédito realizada, no valor máximo de R\$ 25,00, paga antecipadamente, em espécie, ao valor presente calculado à taxa de desconto de 12% ao ano no prazo contratado e taxa de equilíbrio, por operação de crédito, realizada à vista, em percentual de até 4% ao ano;
- Remuneração do agente operador: taxa de risco de crédito, paga à vista, em espécie, em percentual diferenciado por tomador, levando-se em conta a classificação da operação e o nível de risco em percentual variável limitado à taxa de risco de 0,8% aplicado sobre o saldo devedor da operação;
- Criação de conta específica no balanço patrimonial do FDS, segregando recursos, destinados à cobertura de risco de crédito do agente financeiro.

O PCS teve como capital inicial o montante de R\$ 120.885, integralizado em abril de 2005.

Em setembro de 2007, foi assinado contrato de abertura de crédito entre o agente operador do FDS e o agente financeiro do PCS, ambos representados pela CAIXA, no valor de R\$ 150.000.

A Resolução do CCFDS nº 189, de 24 de julho de 2012, autorizou o Agente Operador do FDS a receber a cessão dos créditos relativos aos contratos de financiamento aos beneficiários finais, firmados nas condições previstas na Resolução do CCFDS nº 121, de 09/10/2008.

Com base na Resolução CCFDS nº189/12, os contratos de empréstimo firmados entre o Agente Operador e Agente Financeiro, vinculados aos créditos cedidos, serão renegociados nas condições previstas na Resolução CCFDS nº121, de 09 de janeiro de 2008 e nesta Resolução, constituindo-se, a partir da data da renegociação em operação de repasse.

A Resolução nº 191/12 define no art. 1º o seguinte: “A taxa de administração a ser percebida pelo Agente Operador, a título de remuneração pela prestação dos serviços de gestão do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS fica estabelecida em:

- a) 2% a.a. sobre o total dos ativos até o montante de R\$ 1 bilhão, calculada sobre o Ativo Total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior;
- b) 1% a.a. sobre o total dos ativos a partir de R\$ 1 bilhão e até R\$ 3 bilhões, calculada sobre o Ativo Total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior;

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

c) 0,5% a.a. sobre o total dos ativos a partir de R\$ 3 bilhões, calculada sobre o Ativo Total do Fundo, com base nos saldos do balancete do mês anterior.”

**(b) Novo Programa de Crédito Solidário - NPCS**

Em função da reformulação do PCS, por meio da Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, regulamentada pela IN nº 14, de 25 de março de 2008, alterada pela IN nº 15 de 3 de abril de 2008, no exercício de 2008, foi liberado o montante de R\$ 40.366 para o Novo Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando à produção e aquisição de novas habitações, à conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

A Resolução CCFDS nº 144, de 26 de novembro de 2009, incluiu a prerrogativa de cobertura de danos físicos no imóvel para as operações contratadas nas condições da Resolução CCFDS nº 121, de 24 de março de 2008.

A Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, foi alterada pelas Resoluções CCFDS nº 156, de 8 de abril de 2010, no que se refere à transferência dos recursos alocados na Carteira Subsídios do FDS para a conta específica do FDS e nº 158, de 8 de abril de 2010, que estabelece critérios para o FDS assumir as despesas com recuperação de imóveis.

A Resolução CCFDS nº 186, de 29 de maio de 2012, alterou o disposto no item 12 da Resolução CCFDS nº 121, de 9 de janeiro de 2008, no que se refere à alteração no valor da taxa de administração paga ao Agente Financeiro, no Programa Crédito Solidário, que passou a vigorar com a seguinte redação: A taxa de administração do Agente financeiro será paga à vista, em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada à taxa nominal de 12% a.a (doze por cento ao ano).

As principais características no Novo Programa Crédito Solidário – NPCS são as seguintes:

- Fontes de recursos financeiros (recursos do FDS, recursos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e outros que venham a ser destinados ao Programa) e não financeiros (bens e serviços que agreguem valor ao investimento, mensuráveis financeiramente, oriundos de Estados, Distrito Federal e Municípios);
- Criação de subconta específica no balanço do FDS – Conta Equalizadora na disponibilidade do Fundo, constituída com aporte do FDS dos seguintes valores:
  - recurso oneroso - constituído do percentual de 20% (vinte por cento) do valor de financiamento concedido ao beneficiário final;
  - recurso da Carteira Subsídios do FDS - em percentual variável em função do prazo de amortização e carência, no percentual máximo de 50% do valor de financiamento, e
  - retorno do financiamento pago pelo beneficiário final.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações**

**contábeis em 31 de dezembro de 2013**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- Os recursos destinados à constituição da Conta Equalizadora do FDS serão depositados pelo agente operador, no ato da contratação do financiamento com o beneficiário final, e deverão, a partir de então, ser remunerados à taxa de mercado;
- A utilização dos recursos onerosos do FDS será limitada à capacidade de assunção pelo Fundo, do aporte à Conta Equalizadora do FDS e do pagamento da taxa de administração ao agente financeiro, com os recursos constantes da Carteira Subsídios;
- Prazo de carência: o previsto para execução das obras, limitado a, no mínimo, 6 (seis) meses e no máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses: o previsto para execução das obras, limitado a no mínimo 6 (seis);
- Sistema e forma de amortização: Tabela Price, em parcelas mensais;
- Dispensada a cobrança de juros ao agente financeiro e ao beneficiário final;
- Desembolsos: os recursos podem ser liberados em parcela única ou mensalmente, de acordo com o cronograma físico-financeiro;
- Remunerações do agente financeiro: taxa de administração, será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal máximo de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontado à taxa nominal de 12% ao ano até o início do prazo de carência.

O fluxo financeiro destas operações ocorre mediante a liberação de recursos transferidos da conta de subsídios (registrada em depósitos bancários), para as operações de crédito e, consequentemente, constituído passivo para refletir a obrigação do FDS para o NPCS, uma vez que a garantia do pagamento das prestações destas operações é efetuada pela conta equalizadora (registrada em depósitos bancários).

**(c) Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades - PMCMV-E**

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, autoriza a União a transferir recursos ao FDS até o limite de R\$ 500.000, tendo sido transferido até este exercício o montante de R\$ 466.500.

A Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010, ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida, altera o art. 6º da Lei 11.977, que facilita a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial.

A Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV foram publicadas as Portarias MCidades nº610 de 26/12/2011, 198 de 09/05/2012 e 595 de 18/12/2013. Atualmente a norma em vigor é a Portaria MCidades nº 595 de 18/12/2013.

A Resolução CCFDS nº194, de 12 de dezembro de 2012, aprovou o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV – E para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, definidos no art.2º, inciso II, da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e no art. 2º, inciso II, do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011.

O PMCMV – Entidades tem por objetivo tornar acessível a moradia para famílias com renda mensal bruta até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas,

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos.

Os recursos da União destinados aos financiamentos e descontos concedidos aos beneficiários e à remuneração do Agente Financeiro, serão segregados pelo Agente Operador, em Conta Específica do FDS, denominada Conta Recursos do Orçamento Geral da União - OGU, e serão remunerados pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 (cento e vinte) meses.

Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de danos físicos não sejam suficientes, serão utilizados os recursos da Conta Subsídios do FDS.

O pagamento de 5% (cinco por cento) do total pago pelo grupo de beneficiários serão suportados pelos recursos creditados na conta específica de retorno de recursos da União.

Para garantir o pagamento das despesas de custas e emolumentos, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,02 sobre o valor da operação.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CAIXA em 26 de março de 2014.

**2 Principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis para registrar os atos e fatos contábeis relativos FDS , as quais estão apresentadas a seguir:

**(a) Resultado**

Apurado pelo regime de competência.

O resultado (lucro) obtido pelo FDS está isento de tributação, com base na legislação vigente, em razão da natureza de suas atividades.

**(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e aplicadas à taxa de mercado.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(c) Títulos e valores mobiliários**

A Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Ativos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados diariamente ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Ativos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Resolução do CCFDS nº 131/08 de 23/07/2008, autorizou a CAIXA, na posição de agente operador do FDS, a adotar a marcação a mercado para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do FDS.

**(d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Representam as operações de crédito junto à EMGEA, Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa: constituída para as operações de crédito do Novo Programa Crédito Solidário, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 26/12/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e para o Programa Minha Casa Minha Vida constituída a partir de percentual de perda esperada na carteira do PMCMV-E.

**(e) Outros valores de bens**

Representam as taxas de administração, pagas antecipadamente ao agente financeiro CAIXA, sobre o valor das contratações com recursos do NPCS.

**(f) Outros créditos**

Correspondem à previsão de remuneração sobre as disponibilidades do Programa Crédito Solidário, Novo Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida, remuneradas pela SELIC e a serem incorporadas no primeiro dia útil do mês subsequente.

**(g) Outras obrigações**

Demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias, ocorridas “pro rata” dia.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(h) Subsídios do PMCMV**

Corresponde à parcela resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FDS, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. Este subsídio é dado por ocasião da alienação do imóvel, ocasião que haverá o reconhecimento em despesa.

A dotação da União para aplicação no PMCMV é reconhecida como um passivo até que o FDS cumpra a obrigação de financiar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa relativamente ao subsídio concedido. O resultado líquido das operações enquadradas no PMCMV advém dos financiamentos dos imóveis.

**(i) Moeda funcional**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do FDS.

**3 Depósitos bancários**

Estão representados pelos recursos depositados na CAIXA, referentes ao FDS, Programa Crédito Solidário e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, os quais incorporam os rendimentos proporcionais auferidos, remunerados pela taxa SELIC.

	<b>2013</b>
Depósitos bancários	86.389
Conta FDS	224.416
Conta Equalizadora	20.768
Conta Dotação União – PMCMV - E	331.573

A remuneração desses depósitos está registrada na rubrica outros créditos no montante de R\$ 2.694 referentes ao mês de dezembro de 2013 ( 2012 – R\$ 2.500). No exercício de 2013, o valor dos rendimentos auferidos foi de R\$ 29.993 (2012 – R\$ 39.164).

**4 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

**Composição da carteira**

	<b>2013</b>
Operações compromissadas	412.194
Posição bancada	
Notas do Tesouro Nacional	

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**5 Títulos e valores mobiliários**

Todos os títulos registrados nesse componente estão classificados, a partir do exercício de 2008, na categoria 1 – títulos para negociação, conforme Resolução do CCFDS nº 131/08, de 23/07/2008.

**Composição da carteira**

	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
CDB – Certificado de Depósito Bancário – até 3 meses	42.231	42.231

Os CDBs são de emissão da CAIXA, remunerados por 99% do CDI e são custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP).

**6 Operações de crédito**

Correspondem à linha de crédito aberta à CAIXA e transferida à EMGEA (empresa controlada integralmente pela União) com base na MP 2.196/01, para repasse aos tomadores finais de financiamentos habitacionais, e estão sendo atualizadas de acordo com remuneração básica dos depósitos de poupança (Taxa Referencial – TR), acrescida de juros de 0,5% ao ano.

Correspondem, também, aos financiamentos concedidos ao Agente Financeiro CAIXA referente ao Programa Crédito Solidário e Novo Programa Crédito Solidário.

E, a partir de 2009 o FDS passou a ter financiamentos junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Os financiamentos habitacionais com o Tomador EMGEA são reconhecidos pelos valores liberados com base na regulamentação vigente e atualizadas com base nas taxas de remuneração pactuadas, não sendo constituída provisão para créditos de realização duvidosa tendo em vista que o credor é instituição controlada integralmente pela União.

O risco de crédito com o mutuário final no PCS é do Agente Financeiro.

No NPCS e PMCMV o risco de crédito é do Fundo, sendo constituída a provisão para crédito de liquidação duvidosa a partir do exercício de 2013 .

	<b>2013</b>
FDS - EMGEA	8.408
Programa Crédito Solidário (PCS) (i)	2.347
Novo Programa Crédito Solidário (NPCS) (i)	313.063
Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E)	440.801
	<hr/>
	764.619

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(i) No exercício de 2012, a partir da Resolução do CCFDS nº 189/12, os contratos de empréstimos firmados entre o Agente Operador e o Agente Financeiro e enquadrados no PCS foram renegociados nas condições previstas nas Resoluções do CCFDS nº 121/08 e 189/12, de forma que o risco de crédito inerente a essas operações passou a ser do próprio Fundo em linha com o NPCS, amparado na Conta Equalizadora (vide Nota 3).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Representa a provisão das operações de crédito do FDS referente ao Novo Programa de Crédito Solidário e PMCMV-E, conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN.

(a) Novo Programa Crédito Solidário

Rating	Carteira de crédito	2013 Provisão
AA		
A	242.838	1.214
B	7.655	76
C	11.229	337
D	5.793	579
E	4.376	1.313
F	2.745	1.373
G	2.940	2.058
H	34.817	34.817
Total	<u>312.393</u>	<u>41.767</u>

(b) Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades – registrado o valor de R\$ 43.167 a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa com base em percentual de 9,8% para perda esperada.

**7 Outros Créditos**

Representam a previsão de remuneração sobre as disponibilidades do Programa Crédito Solidário e Novo Programa Crédito Solidário da ordem de R\$ 2.506 (2012 – R\$ 1.641) e do Programa Minha Casa Minha Vida da ordem de R\$ 185 (2012 – R\$ 859) a serem incorporadas no primeiro dia útil do mês subsequente e prestações a receber no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida R\$ 3 (2012 – R\$ 0)

**8 Outros Valores e Bens**

Representam as taxas de administração, pagas antecipadamente ao agente financeiro CAIXA, sobre o valor das contratações com recursos do NPCS da ordem de R\$ 9.621 (2012 – R\$ 10.234)

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**9 Dotação União - PMCMV**

Representa a dotação recebida da União para aplicação no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV até que o Programa cumpra a obrigação de entregar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa referente ao subsídio concedido. Até o exercício de 2013, foi recebido da União o valor de R\$ 66.500 e foram entregues no exercício 20 empreendimentos cujo valor total liberado foi de R\$ 41.827, restando o saldo de R\$ 358.088

Ano	Nº de Empreendimentos	Nº de U.H.	Valor Liberado	Valor Subsidiado
2013	20	1.321	41.827	30.683
2012	15	1.432	48.132	36.635
Dotação União				<b>2013</b>
Saldo Anterior				333.415
Valores liberados				(41.827)
Valores recebidos da União				<b>66.500</b>
Saldo				<b>358.088</b>

**10 Patrimônio líquido**

Os recursos do FDS provinham da emissão de cotas adquiridas pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira-FAF. A proposta de aquisição permite às instituições financeiras detentoras de cotas FDS o resgate dessas cotas ao Fundo pela cotação da data de extinção do FAF do qual elas foram adquiridas. Nos exercícios findos em 2013 e 2012 não ocorreram resgates de cotas.

Ocorreu redução da ordem de R\$ 44.097 por motivo do prejuízo ocorrido no exercício de 2013.

**11 Despesas administrativas – Comissões e tarifas**

Comissões e tarifas	<b>2013</b>
FDS ( a )	25.095
NPCS ( b )	614
PMCMV ( c )	8.744
<b>Total</b>	<b>34.453</b>

**(a)** Neste exercício totalizaram R\$ 25.095 (2012 – R\$ 14.385) representando 2,71% (2012 – 1,89%) do patrimônio líquido médio do exercício, a título de taxa de administração junto ao Agente Operador do FDS.

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- (b)** Corresponde à taxa de administração devida ao Agente Financeiro CAIXA no montante de R\$ 614 (2012 – R\$ 613) para o Novo Programa de Crédito Solidário.
  
- (c)** Conforme estabelecido nas Resoluções nº 182, de 18 de agosto de 2011 e 183, de 10 de novembro de 2011, a taxa de administração dos agentes financeiros será paga antecipadamente e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 22,06 (vinte e dois reais e seis centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 12% a.a.. No exercício, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 8.744 (2012 -R\$ 4.880).

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
 contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Distribuição do resultado**

O resultado apurado é reinvestido, diariamente, sob a forma de aumento do valor unitário das cotas, permitindo que os cotistas dele participem proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

					<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Próprias</b>	<b>PMCMV</b>	<b>Sub-total</b>	<b>PCS</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Receitas</b>						
Rendas de op. de crédito	68	62	130	356	486	822
Rendas de aplic. em op. compromissada	31.028		31.028		31.028	32.581
Rendas de aplic. em depósitos interfinanceiros	5.077	5.005	10.082	19.911	29.993	39.164
Rendas com títulos e valores mobiliários	3.674	0	3.6740	0	3.674	3.579
Reversão de despesas taxa de administração	0	0	0	0	0	1.378
Receita com subvenção	0	41.827	41.827		41.827	48.132
Outras receitas operacionais	447	28	475	330	805	16.964
<b>Sub-total</b>	<b>40.294</b>	<b>46.922</b>	<b>87.216</b>	<b>20.597</b>	<b>107.813</b>	<b>142.620</b>
<b>Despesas</b>						
Despesas administrativa.	(25.095)	(8.744)	(33.839)	(614)	(34.453)	(21.898)
Despesas com subsídios - PMCMV	0	(30.683)	(30.683)	0	(30.683)	(36.635)
Despesa prov crédito liquid. duvidosa	0	(43.167)	(43.167)	(41.768)	(84.935)	
Outras desp. operac.	0	(1.264)	(1.264)	(576)	(1.839)	(5.271)
<b>Sub-total</b>	<b>(25.095)</b>	<b>(83.858)</b>	<b>(108.953)</b>	<b>(42.957)</b>	<b>(151.910)</b>	<b>(63.804)</b>
<b>Totais 2013</b>	<b>15.199</b>	<b>(36.936)</b>	<b>(21.737)</b>	<b>(22.360)</b>	<b>(44.097)</b>	<b>0</b>
<b>Totais 2012</b>	<b>25.158</b>	<b>24.434</b>	<b>49.592</b>	<b>29.224</b>		<b>78.816</b>

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**13 Outras receitas operacionais**

Representam as receitas oriundas da cessão de crédito relativas aos contratos de financiamentos junto aos beneficiários finais, firmados nas condições previstas nas Resoluções do CCFDS nº.121/08, de 09/01/2008 e nº.189/12, de 24/07/12

**14 Outras despesas operacionais**

Representam os descontos concedidos ao beneficiário final quando do pagamento em dia das prestações do NPCS, bem como das despesas com MIP e DFI do NPCS e PMCMV-E.

**15 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade**

A Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade foi elaborada de acordo com as definições da Instrução CVM nº 438, cujo objetivo é informar aos usuários das demonstrações contábeis a rentabilidade auferida no exercício.

Ano	Valor da cota R\$	Rentabilidade em %	
		Fundo	TR
2011	0,0567235	5,5395	1,2079
2012	0,0664219	3,2726	0,2897
2013	0,0620417	(2,9835)	0,0375

(\*) Percentual acumulado por ano.

A Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade foi elaborada de acordo com as definições da Instrução CVM nº 438, cujo objetivo é informar aos usuários das demonstrações contábeis

**16 Transações entre partes relacionadas**

**Operações com a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA**

**2013**

Passivo	
Obrigações por empréstimos e repasses	8.408

Despesas	
Despesas de obrigações por empréstimo e repasses	68

**Operações com a Caixa Econômica Federal - CAIXA**

Passivo	
Depósitos de Fundos e Programas FDS	331.573
Receita de taxa de administração FDS	25.095

**Fundo de Desenvolvimento Social – FDS**  
**(Administrado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA)**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2013**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Despesas de depósitos de fundos e programas FDS 29.993

JORGE FONTES HEREDA  
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO  
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS  
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO  
FEDERAL

FABIO LENZA  
VICE-PRESIDENTE

GILBERTO MAGALHAES OCCHI  
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ  
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ URBANO DUARTE  
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO  
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO  
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIE DE SANTANNA  
VICE-PRESIDENTE – EM EXERCÍCIO

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES  
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES  
GERENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE  
DE TERCEIROS  
CONTADORA CRC/DF 11025/O